

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**CERRADO: PATRIMÔNIO NACIONAL?
ORIGENS DE UM DISCURSO DE EXCLUSÃO E A NÃO-REFERÊNCIA AO BIOMA
NO ARTIGO 225, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

LUIS GUSTAVO MACIEL

ORIENTADOR: PROFESSOR NICOLAO DINO C. COSTA NETO.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CERRADO: PATRIMÔNIO NACIONAL?
ORIGENS DE UM DISCURSO DE EXCLUSÃO E A NÃO-REFERÊNCIA AO BIOMA NO ARTIGO
225, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

LUIS GUSTAVO MACIEL

Monografia submetida ao Programa de Pós-Graduação *latu sensu* do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental. Área de Concentração: Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Nicolao Dino C. Costa Neto (Mestre - UFPE)
(Orientador)

Isabel Teresa Gama Alves (Doutora - Universidade de Toulouse, França)
(Examinador interno)

Saulo Rodrigues (Doutor - Universitat Heidelberg, Alemanha)
(Examinador interno)

Brasília, 15 de maio de 2006.

Maciel, Luis Gustavo.

Cerrado: Patrimônio Nacional? Origens de um discurso de exclusão e a não-referência ao bioma no artigo 225, § 4º, da Constituição Federal de 1988. 55 p., (UnB-CDS, Especialista, Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, 2006).

Monografia de Especialização – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

- | | |
|-------------------------------------|------------------|
| 1. Direito Constitucional Ambiental | 2. Bioma Cerrado |
| 3. Sociedade e meio ambiente | 4. Lingüística |
| 5. Análise do Discurso | 6. Agronegócio |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva a si outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Luis Gustavo Maciel

AGRADECIMENTOS

Ao João Rosa, por ter amado os Gerais, os Cerrados, suas naturezas de gentes, coisas e bichos:

“Porque, dantes, se solambendo por uma grotta, um riachinho descia também a encosta, um fluviol, cocegueando de pressas, para ir cair, bem embaixo, no Córrego das Pedras, que acabava no rio de-Janeiro, que mais adiante fazia barra no São Francisco. Dava alegria, a gente ver o regato botar espuma e oferecer suas claras friagens, e a gente pensar no que era o valor daquilo. Um riachinho xexe, puro, ensombrado, determinado no fino, com regojeio e suazinha algazarra – ah, esse não se economizava: de primeira, a água, pra se beber. Então, deduziram de fazer a Casa ali, traçando de se ajustar com a beira dele, num encosto fácil, com piso de lajes, a porta-da-cozinha, a bom de tudo que se carecia. Porém, estrito ao cabo de um ano de lá se estar, e quando menos esperassem, o riachinho cessou. Foi no meio duma noite, indo para a madrugada, todos estavam dormindo. Mas cada um sentiu, de repente, no coração, o estalo do silenciosinho que ele fez, a pontuda falta da toada, do barulhinho. Acordaram, se falaram. Até as crianças. Até os cachorros latiram. Aí, todos se levantaram, caçaram o quintal, saíram com luz, para espiar o que não havia. Foram pela porta-da-cozinha. Manuelzão adiante, os cachorros sempre latindo. –“Ele perdeu o chio...” Triste duma certeza: cada vez mais fundo, mais longe dos silêncios, ele tinha ido s’embora, o riachinho de todos. Chegado na beirada, Manuelzão entrou, ainda molhou os pés, no fresco do lameal. Manuelzão, segurando a tocha de cera de carnaúba, o peito batendo com um estranhado diferente, ele se debruçou e esclareceu. Ainda viu o derradeiro fiapo d’água escorrer, estilar, cair degrau de altura de palmo e derradeira gota, o bilbo. E o que a tocha na mão de Manuelzão mais alumiou: que todos tremiam mágoa nos olhos. Ainda esperaram ali, sem sensatez; por fim se avistou no céu a estrela- d’alva. O riachinho soluço se estancara, sem resto, e talvez para sempre. Secara-se a lagrimal, sua boquinha serrana. Era como se um menino sozinho tivesse morrido”.¹

¹ ROSA, João Guimarães. Campo Geral. In *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 155-156.

RESUMO

O Cerrado é um dos oito grandes biomas brasileiros. Situado na região central do Brasil, seu território alcança 210 milhões de hectares, ou dois milhões e 100 mil Km², o que representa quase um quarto do território nacional. O Cerrado, em suas diversas manifestações ecossistêmicas, tem sido estigmatizado por preconceitos e pelo desconhecimento da complexidade natural que o torna único em nosso planeta. O histórico de ocupação humana no Bioma, embora extenso, tem como importante elemento catalisador a construção de Brasília e os programas governamentais voltados ao agronegócio, concentrados nas décadas de setenta e oitenta do século vinte. Nesse contexto, incidiu sobre o termo “cerrado” um discurso de exclusão, orientador das políticas de ocupação do espaço físico e explicitado no momento constituinte de 1988, quando se estabeleceu uma hierarquia entre os biomas brasileiros ainda não devidamente combatida e cotejada com outros discursos que dignificam a imensa savana nacional. Naquela oportunidade, o termo “cerrado” foi omitido do elenco de Biomas categorizados como Patrimônio Nacional no § 4º do artigo 225 da Constituição Federal. A vocação agrícola do Cerrado consolida-se com a presença do agricultor moderno e ao se estabelecerem os processos científicos de aproveitamento dos solos. Entretanto, aos diversos atores sociais do Cerrado, cumpre promover uma melhor convivência entre sistemas produtivos monoculturais e formas de uso e manejo sustentável dos recursos naturais da região.

Palavras-chave: Cerrado, discurso, exclusão, bioma, Constituição Federal, agronegócio.

ABSTRACT

The Brazilian *Cerrado* is one the eight greatest biomes in the country. It is located in central Brazil and it occupies an area of 210 million hectares (or 2,100 million square kilometers). Such area accounts for almost a quarter of the national territory. The *Cerrado*, in its various ecosystemic nuances, has been stigmatized by pre-conceived concepts and the lack of knowledge surrounding its natural complexity and its uniqueness on our planet. The background of human territorial occupation in the Brazilian *Cerrado*, although extensive, was brought about by the building of Brasilia. The Governmental Agribusiness programs performed in the 1970s and 1980s may also be identified as catalyzer to the occupation in the area. In so being it, a discourse of “exclusion” has always been closely related to the *Cerrado* areas, as it may be seen on the nature of its occupation and on the making of the 1988 Brazilian Constitution. The Brazilian Federal Constitution established a hierarchy amongst the national biomes. Such hierarchy has not been fully contested or contemplated by other discourses which dignify the greatness of the Brazilian Savannah. In 1988, the term “*Cerrado*” was omitted from list of Biomes that had been catalogued as National Patrimony. This Biomes were part of § 4 of Article 225 of the Federal Constitution. The *Cerrado* vocation to agriculture grows strong each day, as modern agribusiness men establish themselves and consolidate their presence in the area with scientific utilization of the soil. However, the various social factors related to the Brazilian Savannah must fulfill their role as facilitators of a better understanding between monocultural systems of production and forms of sustainable utilization of the natural resources of such region.

Keywords: *Cerrado*, discourse, exclusion, biome, Federal Constitution, Agribusiness.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1. CERRADO: ESPAÇO, HOMEM E TEMPO	10
1.1 Cerrado como espaço Biogeográfico.....	10
1.2 Breve análise da Ocupação Pré-histórica do Cerrado.....	11
1.3 A colonização do Brasil e as origens do discurso de inferiorização do Cerrado.....	14
CAPÍTULO 2. A OCUPAÇÃO RECENTE DO CERRADO	19
2.1 O Planalto Central em debate.....	19
2.2 Brasília: o progresso chega ao Cerrado.....	22
2.3 Expansão da agropecuária sobre as áreas de Cerrado.....	26
2.4 O discurso de inferiorização do Cerrado	28
CAPÍTULO 3. A PEC – 115/95 E A OMISSÃO DO TERMO “CERRADO” (ART. 225, § 4º, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)	37
3.1 Assembléia Nacional Constituinte e o art. 225 da Constituição Federal de 1988.....	37
3.2 A Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº. 115/1995.....	43
3.3 Estratégias de Conservação e incentivo ao agronegócio. Há solução?.....	47
CONCLUSÕES	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CEPAC - Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados

CI Brasil - *Conservation Internacional/Brasil*.

CONACER - Comissão Nacional do Cerrado Sustentável

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FBC - Fundação Brasil Central

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JICA - *Japan International Cooperation Agency*

ONG – Organização Não-Governamental

PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PRODECER - Programa de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados

SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

WWF - *World Wildlife Fund*

INTRODUÇÃO

Vivenciamos um processo devastador de ocupação do bioma Cerrado, deflagrado a partir da construção de Brasília e depois incrementado, dos anos 70 aos dias atuais, pelo surgimento de técnicas revolucionárias de plantio, irrigação e colheita.

O bioma, estigmatizado por preconceitos e desentendimento da complexidade natural que o torna único em nosso planeta, foi vítima de um discurso de exclusão no momento constituinte de 1988, estabelecendo-se uma hierarquia entre os biomas brasileiros ainda não devidamente combatida e cotejada com outros discursos que dignificam a imensa savana nacional. O valor dessas terras só existe, na mentalidade da maioria dos produtores, políticos e empresários, quando os Cerrados se tornam aptos ao cultivo e ao pastoreio, amoldando-se aos sistemas econômicos nacionais e internacionais.

Ninguém duvida da vocação agrícola do Cerrado. Por outro lado, é inquestionável sua condição de bioma essencial à transição aos demais biomas brasileiros, por ser composto de fauna e flora ricas e apenas parcialmente identificadas, mas talvez comprometidas em termos de sustentabilidade.

Embora o preconceito permeie também o Bioma Caatinga, preterido de igual forma, enfocamos aqui o Cerrado por dois motivos. Primeiro, porque nesta região concentra-se o maior e mais desordenado processo civilizatório do Brasil moderno, iniciado com o Governo Vargas e incrementado pela utopia desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Segundo, porque o ambiente do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília é propício à discussão de alternativas a esse paradigma. Nossa Capital Federal, fruto de um sonho, brotou dentro do Cerrado, a suas expensas, e representa o ápice de um discurso perigoso: o da vitória do moderno sobre o arcaico e marginalizado sertão.

Neste trabalho, o método de abordagem utilizado caracterizou-se pela multidisciplinaridade. Buscou-se conciliar a História, a Lingüística e o Direito Ambiental. Para um recorte metodológico preciso, foi necessário investigar a ocupação humana do Cerrado desde os primeiros povos, indígenas, e passar à reflexão dos sucessivos processos de colonização posteriores (Bertran, 1994) que culminam com o discurso de exclusão do Cerrado da Constituição Federal.

A técnica utilizada priorizou a documentação indireta; tanto a pesquisa documental (como relatórios, projetos e textos produzidos no Congresso Nacional) quanto a pesquisa bibliográfica.

CAPÍTULO 1

CERRADO: ESPAÇO, HOMEM E TEMPO.

1.1 O Cerrado como espaço Biogeográfico.

O Cerrado é um dos oito grandes biomas brasileiros. Situado na região central do Brasil, seu território alcança 210 milhões de hectares, ou 2 milhões e 100 mil Km², o que representa quase um quarto do território nacional. Possui duas estações bem definidas: inverno seco e verão chuvoso. Os solos do Cerrado são em geral deficientes em nutrientes e ricos em ferro e alumínio. Nele estão presentes as três maiores bacias hidrográficas da América do Sul: Tocantins/Araguaia, São Francisco e Prata. Esta característica garante ao Cerrado uma importante biodiversidade, estimada em 10 mil espécies vegetais, 837 espécies de aves e 161 de mamíferos.²

Seria impossível explorarmos o tema da ocupação humana do Cerrado sem buscarmos uma classificação das diversas manifestações vegetais que o compõem. Da observação superficial dos primeiros exploradores, permanece o legado de uma comparação entre o Cerrado e a Mata Atlântica, local de chegada e deslumbramento inicial dos europeus. Essa comparação estabeleceu uma hierarquia que desfavoreceu o Bioma Cerrado por séculos.

Nessa imensa região, de terras em geral planas e de grande riqueza hídrica, os primeiros naturalistas europeus, embora cientistas, não esconderam sua repulsa, por acharem-na estranha, tortuosa e pobre. Ricardo Ribeiro lembra que

“Estabelecendo uma classificação da vegetação que se resume em ‘matas’ e ‘campos’, esses naturalistas acabam por dividir o bioma Cerrado ao meio. As paisagens mais campestres se incluem no termo ‘tabuleiro’ e suas subdivisões, enquanto aquelas, com vegetação de maior porte, se enquadram como ‘carrascos’ e ‘carraquenos’. Numa situação intermediária estão o ‘tabuleiro cerrado’ e o campo cerrado’, mais densos que os ‘campos’ e mais abertos que as ‘matas’(RIBEIRO, 2005, p. 49).

Com o incremento de estudos, principalmente a partir da segunda metade do século XX, o conhecimento das vegetações de cerrado evoluiu bastante. A classificação de Altair Sales Barbosa³ é satisfatória para o objetivo deste trabalho. O pesquisador esclarece que “o Cerrado

² Fonte: Site Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/cerrado.htm>>

³ BARBOSA, Altair Sales. Artigo disponível no site: <<http://www.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html>>. Universidade Católica de Goiás, UCG: Goiânia, 2002.

é um Sistema Biogeográfico, composto por diversos subsistemas intimamente interagentes e interdependentes” (BARBOSA, 2002). Conceitua as *matas* como áreas de florestas subúmidas, verdadeiras manchas de solo de alta fertilidade natural, as chamadas terras de cultura. Foram as regiões de primeira colonização no Cerrado. Em seguida, define os *campos*, compostos de gramíneas, também conhecidos como “chapadões”; o *cerradão*, com sua vegetação fechada, possível apenas em solos especiais, associados ao arenito Bauru e ainda presente em pequenas áreas do sudoeste goiano; o Cerrado propriamente dito (*stricto sensu*), que ocupa solos de baixa fertilidade, oligotróficos, de árvores tortuosas e, finalmente, as *veredas*, *ambientes ciliares* e *várzeas*, cruciais à manutenção de águas superficiais e local de reprodução para a fauna do Cerrado.

1.2 Breve análise da ocupação pré-histórica do Cerrado.

Diversas pesquisas buscam desvendar as origens do homem no continente americano. Seus resultados não são conclusivos e a polêmica entre pesquisadores da pré-história humana nas Américas persiste, sob vários aspectos.

Entretanto, uma consistente maioria admite que as mais significativas ondas migratórias asiáticas se valeram da passagem terrestre situada no Estreito de *Behring*, ponto de ligação entre a Sibéria e o Alasca. Tais migrações teriam ocorrido em momentos ideais, quando caçadores podiam caminhar pelo istmo, em perseguição a mamíferos terrestres. Ribeiro (apud PROUS, 1997), refere-se aos principais momentos de emersão do istmo, ocorridos cerca de 27.000 e 12.000 anos atrás.⁴ A partir da região onde hoje denominamos Alasca e Canadá os primeiros americanos se espalharam pelo imenso continente. Esta hipótese nunca alcançou unanimidade acadêmica, mas entendemos que possa conviver com outras, como as que consideram um povoamento por pescadores, a partir dos extensos litorais do Pacífico e do Atlântico Continente Americano.

Ao avançar pela América do Norte, os grupos humanos adentram o continente sul-americano, entre 12 e 14 mil anos, através do istmo do Panamá. Temos, nessa fase, uma possível onda migratória secundária, motivada por mudanças climáticas há 12 mil anos que ocasionaram a penetração do planalto central brasileiro a partir das savanas colombianas de então (BARBOSA; SCHMIZ, 1998).

⁴ PROUS, André. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. In: *Revista da USP: Dossiê Surgimento do homem na América*, São Paulo, USP/CCS, 34, junho/agosto 1997.

Um grande complexo cultural começa a ser implantado, a partir do milênio seguinte, identificado como a Tradição Itaparica. Ricardo Ribeiro demonstra que essa cultura “se estendeu por vários pontos da região do Cerrado e possui um artesanato lítico muito homogêneo, guardando uma íntima ligação com o uso dos recursos naturais do Brasil Central” (RIBEIRO, 2005, p. 71).

As características da Tradição Itaparica são a caça e a coleta amplas, seja em campos limpos, cerrados, cerradão, caatinga, matas ou ambientes aquáticos. A dieta animal aliou-se à vegetal e ambas se complementaram. Eram consumidos frutos, sementes e tubérculos, de acordo com as estações do ano. Caçava-se veados, capivaras, macacos, tamanduás, tartarugas, tatus, antas, capivaras, lagartos, emas, e aves. A pesca resumia-se à captura de pequenos peixes.

Após essa fase, verifica-se o período do arcaico médio, de transição, entre 9 mil e 6 mil anos atrás, quando a cultura de Tradição Itaparica se diversifica e se regionaliza. A umidade local aumenta, o que ocasionou maior disponibilidade de frutos e animais silvestres. São regiões importantes do período a de Serranópolis (GO) e Paracatu (MG). Outros sítios, como os de Lagoa Santa e da Serra do Cipó, em Minas Gerais, fornecem excelentes informações sobre esse período de transição.

Entre 6 mil e 4 mil anos atrás, temos a fase do arcaico médio, como aponta Ricardo Ribeiro, “representa o chamado ‘altitermal’ ou ‘ótimo climático’ europeu, quando a temperatura atinge seu ponto máximo no Holoceno e o ambiente geral torna-se úmido” (RIBEIRO, 2005, p. 79). Há uma expansão do Cerrado e correspondente redução da Caatinga à configuração observada hoje.

A agricultura é a maior novidade do arcaico médio. Sua evidência foi comprovada por sementes encontradas em diversos sítios de escavações. Não podemos, entretanto, afirmar que no Cerrado o plantio organizado tenha sido uma revolução cultural, a exemplo do que ocorria na América Central, região dos Andes ou mesmo no oriente médio, berços de grandes civilizações. Cultivava-se o milho, a abóbora e o amendoim, este de várias espécies, todas endêmicas.

Há cerca de 3.500 anos tem início o período cerâmico, um novo paradigma cultural na região do Cerrado. A homogeneidade perde espaço, e inicia-se um processo de especialização cultural dos grupos nômades, manifesto no aprimoramento de cabanas, esteiras, fios, faixas de tecidos, artefatos de cerâmica e de plumas, bem como na maior precisão das armas de caça.

Várias tradições passam a coexistir no vasto e à época já delineado território do Cerrado. Destacam-se a Tradição Una (Sul de Goiás, Minas Gerais), com forte implemento da

agricultura e a Tradição Aratu/Sapucaí (Norte da Bahia, Sergipe, Centro-Sul de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso), onde prevalecem os grandes aldeamentos, em regiões de solos apropriados à agricultura. Ricardo Ribeiro Lembra que

essa atividade permitia a reunião do grande número de habitantes das aldeias que, no entanto, não eram ocupadas por muito tempo, devido ao esgotamento do potencial de caça e coleta e da produtividade da terra. Também utilizavam machados de pedra polida na derrubada das matas para o preparo de roças e na construção de suas aldeias. A cerâmica encontrada permite afirmar que sua alimentação incluía o milho e a mandioca, bem como o emprego na tecelagem pela presença de rodelas de fuso, feitas de argila (apud, p. 89).

Finalmente, temos a importante Tradição Uru, observada em sítios descobertos nas matas ribeirinhas de rios da bacia do Rio Araguaia. A proximidade dos rios demonstra quão importante se tornou a pesca nesse período.

Do conjunto de tradições e fases citadas, ressaí uma identidade cultural que aos poucos se forma no Cerrado. Altair Sales Barbosa⁵ assevera que

um dos mais importantes processos culturais americanos nasceram no Cerrado, como a formação do tronco lingüístico Macro-Jê, a domesticação e disseminação de certos tubérculos e outros vegetais e o desenvolvimento de tecnologia de caça, pesca e processamento de recursos vegetais nativos e cultígenos (BARBOSA, 2002).

Processos culturais não ocorrem de modo uniforme e a especialização dos grupos indígenas pode ser vista ainda hoje. Alguns têm especial interesse e habilidade na produção de cestaria, outros trabalham melhor o barro, as penas ou a madeira. Também a consolidação dos mitos de criação, dos ritos de passagem e das danças rituais demonstram haver características próprias, atinentes a grupos específicos.

A seguir, ressaltaremos o erro da antropologia, em seus primórdios, quando defendia a impossibilidade de vida humana nos Cerrados. Ela ocorria, há milhares de anos, de forma organizada e adaptada ao meio. Os preconceitos iniciais foram, após estudos mais consistentes, substituídos pela devida valorização das culturas pré-colombianas dos Cerrados.

Entretanto, como veremos à frente, os *Gê* ou *Jê*, marcados pelo estigma de *Tapuias*, serão acusados, durante séculos, de retardar e reprimir a marcha de progresso do país.

⁵ Ibid., 05-06.

1.3 A colonização do Brasil e as origens do discurso de inferiorização do Cerrado.

Com o início da colonização do Brasil nos aproximamos de modo específico do objeto desta monografia. Na gênese da conquista do território, pelos portugueses, vê-se a construção de uma dualidade persistente até hoje. Apresentamos tal dicotomia como a oposição entre Litoral e Sertão, civilização e barbárie. Buscaremos um recorte metodológico do processo de colonização que enfoque essa realidade. Reconhecemos, todavia, que se nosso objetivo fosse uma abordagem meramente histórica, seria temerário restringir o desinteresse dos colonizadores a povos, fauna e flora do Cerrado.

Reforça a assertiva acima o fato de que, após o deslumbramento causado pela magnífica floresta costeira, nossa conhecida e hoje valorizada mata atlântica, os portugueses, pragmáticos e sedentos de riquezas, demonstraram enorme desprezo por tão grande exuberância. Introduziram naquele imenso “vazio verde” diversas monoculturas exóticas, representativas de ciclos econômicos (cana, fumo, café etc). José Vieira Couto, ainda em 1799, escreve com lucidez sobre a devastação generalizada:

Já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas, que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e o tição em outra, ameaça-as de total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara, ao mesmo tempo muito mais dispendiosa, tem sido a causa deste geral abrasamento. O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas, como para um nada, e ainda não as tem bem reduzido a cinzas e já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultivava, pois conhece mui bem que ele talvez não chegará a seus filhos (COUTO, 1848, p. 319).

O depoimento basta, por si só, para a compreensão de procedimentos historicamente reprováveis, mas contínuos. Poderia, ainda, esgotar o tema de nossa investigação, ao nivelar o desprezo do colonizador a toda e qualquer manifestação autóctone, seja da natureza, seja da cultura. Não o faz, na realidade, porque entre os primeiros séculos da colonização e a atual devastação do Cerrado, os exemplos de esgotamento dos solos, desagregação social e disparidade econômica, advindos da experiência com o litoral, não informam uma nova mentalidade - embora a importância do Bioma Cerrado seja incontestável, ao menos no ambiente acadêmico. Não o faz, também, porque os colonizadores foram capazes de criar uma classificação dúbia entre os povos nativos, alicerçada em forte hierarquia e preconceito, hoje arraigado quando o tema é Cerrado e gente sertaneja.

As diferenças tribais e os aspectos biogeográficos fornecem aos conquistadores os elementos dessa cisão artificial: haveria o *litoral dos tupis*, dóceis trabalhadores, habitantes de belas matas costeiras e o *sertão dos tapuias*, moradores de um interior longínquo e inóspito, inferior. Sérgio Buarque de Hollanda aponta a *língua geral*, comum a diferentes grupos, tendo por base a língua Tupi, como um elo entre colonizadores e indígenas da costa, em que a hegemonia Tupi era quase absoluta à época do descobrimento. Para o autor,

mal tinham os portugueses outra notícia do gentio do sertão, dos que falavam ‘outra língua’, como se exprime a respeito deles o padre Cardim, além do que lhes referia a gente costeira. Como já foi dito, não importava muito aos colonizadores povoar e conhecer mais do que as terras da marinha, por onde a comunicação com o Reino fosse mais fácil. Assim, o fato de acharem essas terras habitadas de uma só raça de homens, falando a mesma língua, não podia deixar de representar para eles inestimável vantagem (HOLLANDA, 1995, p. 106).

Havia, portanto, um sertão de Tapuias e outras línguas que não a geral, daí uma noção de hierarquia e inferioridade, fixada à medida que avança a tomada do território. Já no século XX, o sertão das diferenças, a oposição ao litoral e seus valores, é identificado com o Cerrado, idealização que alcança a etnologia. Em meados do século XX, a partir dos estudos de antropólogos americanos, os grupos indígenas brasileiros foram redefinidos não por sua identidade lingüística e sim por áreas de similitude cultural. Ribeiro (2005) comenta que Steward (apud GALVÃO, 1979, p. 197) estabelece uma tipologia que divide o Brasil em duas áreas: as de tipo Floresta Tropical, com grupos cultivadores, e as de tipo Marginal, com grupos estritamente nômades, dependentes da caça, da pesca e coleta. Esses grupos marginais são intimamente identificados com o Cerrado e com a Caatinga.

Causa surpresa tal proposta ter contaminado também as pesquisas de renomados antropólogos do período, a exemplo de Claude Lévi-Strauss (1973), para quem

não há uma ‘cultura de savana’. O que pretendemos chamar assim é uma réplica atenuada, um eco enfraquecido, uma imitação impotente da cultura da floresta. Povos coletores escolheriam o habitat florestal pela mesma razão que os cultivadores; ou melhor, ficariam na floresta, se pudessem. Se aí não estão é porque foram expulsos, e não por causa de uma pretensa ‘cultura de savana’ que lhes seria própria. Assim os Tapuias foram empurrados para o interior com as migrações tupi. (LÉVI-STRAUSS, 1973, p. 132)

Ainda nos anos cinquentas, a hipótese do grande antropólogo começa a ser refutada, em estudos que demonstram traços culturais permanentes em povos indígenas do Cerrado e não a reminiscência do que seria uma cultura “verdadeira” desses povos, desenvolvida em seus

tempos de florestas. Também as hipóteses de povoamento pré-histórico, tratadas no tópico anterior, são os melhores testemunhos da viabilidade de vida humana no Cerrado, em aldeamentos diversificados culturalmente.

Dessa maneira, a real compreensão da complexidade de processos produtivos dos povos nômades do Cerrado tem sido alcançada, paulatinamente, no meio acadêmico. Infelizmente, esses estudos desconstruem cientificamente um discurso de inferiorização, mas não atingem os principais círculos de poder, em especial aqueles da prática política, viciada em um conceito hierárquico de cultura. Essa má-interpretação é, sobretudo, histórica, como adverte Ricardo Ribeiro

os europeus quando alcançaram a região do Cerrado encontraram grupos humanos com diferenças entre si, mas, fundamentalmente, perceberam que eram muito diferentes da maioria dos indígenas do litoral. O que não sabiam é que alguns poderiam ser remanescentes de migrantes que chegaram à região havia mais de 12 mil anos. Sua má vontade com esses habitantes insubmissos do sertão contribuiu para cunhar uma imagem que se perpetua até recentemente, como de caçadores ‘primitivos’, desreconhecendo (*sic*) que, já naquele momento do primeiro contato, entre 70 e 100 gerações ocupavam aqueles territórios e aí plantaram suas roças (apud, 2005, p. 106).

Sabe-se hoje que a chegada efetiva de europeus e bandeirantes brasileiros à região do Cerrado foi precedida por epidemias: doenças espalhadas pelo território, a partir do litoral, em velocidade espantosa. O sucesso dessas epidemias no decréscimo de populações meridionais (Jês, Macro-Jês, Jês centrais) não impediu a existência dos grupos até meados do século XIX, embora dispersos. Entretanto, os cronistas do período não conheceram a vitalidade dessas populações, como ensina André Prous, “ficando a idéia de que as tribos ‘Tapuias’ eram formadas por pequenos bandos errantes, bárbaros caçadores sem agricultura nem cerâmica, idéia que o desenvolvimento da arqueologia no país permite refutar” (PROUS, 1992, p. 368).

Não nos importa aqui um estudo circunstanciado das guerras e embates realizados contra os índios, nos quais foram dizimadas e contidas nações como as dos Guaianás, Goyás, Akroás, Xakriabás, Kayapós e Bororos. Poucas vozes denunciaram o extermínio. Destacamos o relato do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, para quem a violência dos índios, especialmente dos Kayapós, era dirigida contra “os aventureiros que se espalhavam por essas terras e fizeram contra os índios as mais terríveis crueldades, e estes se vingaram muitas vezes por meio de represálias não menos terríveis” (apud RIBEIRO, 2005, p. 119).

Devemos anotar, entretanto, que um conturbado processo de conquista não foi imune à miscigenação racial e cultural, entre portugueses, índios e escravos negros. A quase ausência de relatos circunstanciados do período impede sabermos como de fato se deram as trocas, por

suposto muito mais consistentes que o escambo pretendido pelos conquistadores. É de Ricardo Ribeiro a síntese:

Os bandeirantes paulistas foram os grandes responsáveis pela desestruturação das sociedades indígenas do Sertão Mineiro. No entanto, suas empreitadas pelo interior do Brasil seriam inimagináveis sem a contribuição da cultura desses povos a quem escravizavam e destruíam. Assim, ao mesmo tempo em que submetiam e aniquilavam vários povos, também se transformavam nos principais difusores das antigas tradições referentes ao uso, manejo, conhecimentos e representações simbólicas em torno do Cerrado (*op. cit.* p. 145)

Não seria possível a epopéia de entradas e bandeiras sem se aproveitar a experiência dos nativos, os conhecimentos milenares de topografia, recursos alimentares, perigos, caminhos e rotas pelo sertão. Em relação às práticas agrícolas, o sistema produtivo indígena tendia ao equilíbrio. As queimadas praticadas por eles incidiam em pequenas áreas, para cultivo de subsistência da comunidade, sem almejar excedentes. Por não se fixarem de modo permanente, a recuperação das roças ou roçados ocorria de modo natural. Ribeiro (2005) nos lembra que se a colheita fosse farta e sobrassem alimentos, a idéia de reciprocidade era de pronto executada, por consistir em compromisso de dividir, partilhar com os parentes ou membros da aldeia e até membros de outras aldeias amigas.

Tal reciprocidade seria impossível entre europeus, desejosos de riquezas. Tornou-se grave a situação da oferta de alimentos com a descoberta de ouro e pedras preciosas, no final do século XVII em Minas Gerais e no começo do século XVIII, em Goiás. A sanha por riquezas não permitia, num primeiro momento, o cultivo de milho, mandioca e feijão. A fome assolou as regiões de lavras, até que a produção de alimentos se consolidasse como negócio lucrativo. Com a melhoria das condições de subsistência tem-se maior fundação de vilas e lugarejos e a sociedade urbana aí constituída se integra ao circuito econômico e cultural do Velho Mundo. Segundo Ribeiro (2005), nesses núcleos passa a existir uma sociedade sertaneja: nem indígena, nem bandeirante, mas substancialmente herdeira das tradições de ambos.

A demanda por alimentos impulsiona também a pecuária extensiva e predatória. A partir do Vale do São Francisco, em amplos Cerrados e Caatinga, o avanço dos bois torna-se um eficaz mecanismo de ocupação do sertão. Uma providência inicial era a expulsão ou extermínio dos gentios e quilombolas, a cargo do interessado na concessão de terras pelo Rei de Portugal, com a intermediação dos Governadores Gerais. Tais concessões se davam no regime das sesmarias, enormes extensões de terra, constituídas de *léguas de sesmarias*, com 6

km de extensão. Repete-se então o padrão das queimadas, abertura de pastos e seu uso por um ou dois anos. O pisoteio, exaurimento das terras e abertura de novas áreas alimentam a conquista da face Norte do Cerrado Brasileiro. A produtividade era baixa, com a ocupação média de apenas um animal por hectare. Teixeira Coelho, em sua instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais, denuncia que

A facilidade que tem havido na concessão das sesmarias tem sido muito prejudicial, porque se tem queimado os matos melhores, e os mais próximos às povoações, as quaes já sentem a falta de madeiras, lenhas e dos capins, de forma que os próprios logradouros das mesmas povoações se tem concedido por sesmarias, causando mais prejuízos do que utilidade, porque não tem os povos onde buscar lenhas e capins, nem aonde tragam ao pasto os seus gados, o que se proíbe [...] Além d'isto, não practicam os lavradores alguma forma de cultura, porque a exercitam sem beneficiarem as terras, sendo infinitas as que estão deixadas, e que haviam de produzir fructos em mais abundancia do que as d'este reino, se as beneficiassem (TEIXEIRA COELHO 1852, p. 449).

O legado desse processo pode ser contabilizado por sensoriamento remoto. O Brasil possui quase 200 milhões de hectares de pastos, muito desse total degradado ou subutilizado. O modelo de expansão atinge novas fronteiras, sem considerar a destruição que deixa para trás.

Neste ponto, fixamos uma crítica recorrente dos autores consultados, que orientará o prosseguimento deste texto. Selecionamos de Robert Buschbacher⁶ a afirmação:

A história mostra que a exploração desordenada dos recursos naturais gera paisagens desoladas, desigualdade social, desemprego e miséria. Além disso, o aspecto utilitário associado à conservação do meio ambiente, não deve se sobrepor ao aspecto ético que ele engloba. O ser humano é parte intrínseca da natureza e é sua vocação estar em harmonia com ela, de forma a garantir a nossa sobrevivência, das demais espécies e viabilizar a satisfação das necessidades das gerações futuras, nos níveis do que temos hoje (BUSCHBACHER, 2000).

Das diversas fases analisadas, percebe-se que, à exceção dos ciclos de mineração e da pecuária extensiva, o Cerrado foi até o início do século XX uma região inóspita e pouco inserida no contexto econômico brasileiro e mundial, embora já vitimado pelo descaso humano com os elementos naturais, fato comum em nossa colonização. Uma nova realidade e novas demandas são criadas com o Estado Novo e o Governo de Getúlio Vargas, como veremos.

⁶ WWF Brasil. *500 anos de destruição Ambiental no Brasil: Um Balanço do Meio Ambiente*. Coordenação: Robert BUSCHBACHER. Brasília: WWF Brasil, 2000. 24p. Disponível em: <http://www.wwf.org.br>

CAPÍTULO 2

A OCUPAÇÃO RECENTE DO CERRADO

2.1 O Planalto Central em debate.

No Cerrado concentra-se o maior e mais desordenado processo civilizatório do Brasil moderno. A gênese desse processo reside numa antiga preocupação geopolítica com a ocupação do Brasil Central, ou do Planalto Central Brasileiro. Identificamos como núcleo dessa inquietação as propostas de mudança da sede da Colônia, depois Capital do Império e, enfim, Capital da República. Realizamos um breve estudo, para esclarecermos como se formou uma consciência brasileira de assegurar as dimensões continentais de nosso território.

Desde 1543, a sede do Brasil Colônia foi Salvador. partir de 1763, com a mudança de ciclo econômico, passa a ser o Rio de Janeiro. Entretanto, ainda no século XVIII questiona-se a permanência do Governo no litoral. É a proposta feita em 1789 pelos Inconfidentes mineiros, que pretendiam uma república independente de Portugal com Capital sediada em S. João Del Rey, interior de Minas Gerais.

Dissolvido o movimento, temos em 1815 a sugestão de Hipólito da Costa, editor em Londres do então *Correio Braziliense*. O jornalista escreve alguns artigos nos quais reforça a idéia da mudança para o interior. Seu principal argumento: a integração nacional. A publicação de seus textos no Brasil gerou intensas discussões.

Entretanto, como observa Estevão Monti (2002), é de José Bonifácio de Andrada e Silva a recomendação de transferir a já Capital do Império, para local situado a “15 graus de latitude, em sítio ameno, fértil e regado por algum rio navegável” (apud MELLO, 1986, p. 10). O Parlamentar encaminha, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1823, “memorial sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital para assento da Corte, da Assembléia Legislativa e dos tribunais superiores”.⁷ Sugere a região de Paracatu e os nomes de Petrópole e Brasília para a nova Capital.

Outras iniciativas, ao longo do século XIX, são elencadas por Estevão Monti⁸, conforme a síntese abaixo:

- 1831. Projeto Mudancista. Proposição do Deputado João Cândido de Deus e Silva (PA);

⁷ MONTI, Estevão Ribeiro. *Sertão-Brasília – História e Meio Ambiente: interações na criação de materiais educativos*. 2002. 198 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. CDS-UNB, Brasília. Apud MELLO, Valter Albuquerque. *Pedra Fundamental de Brasília*. Brasília: Secretaria de Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 24 p.

⁸ Ibid. p. 68

- 1849. Francisco Adolfo de Varnhagem descreve a região formada pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre D'Armas como a ideal ao projeto;
- 1899. Na Constituição Provisória é consignada a mudança da Capital.
- 1891. O Deputado Virgílio Damásio apresenta proposição com emenda do Deputado Lauro Muller referente à indicação, na primeira Constituição da República, de um artigo que limita a área a ser demarcada para sediar a futura capital. O artigo 3º da CF/1891 prevê: “Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”;
- 1892. O Presidente Floriano Peixoto constituiu a primeira Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada pelo Dr. Luiz Cruls. A primeira viagem da Comissão Cruls dura treze meses, entre junho de 1892 e julho de 1893,
- 1893. Definição do Quadrilátero Cruls, e posterior relatório sobre o Planalto Central contendo topografia, fontes de energia, características do solo, flora, fauna, clima etc,
- 1895. Cruls identifica a região entre os rios Gama e Torto como ideais à construção. (Essa é a localização do atual plano piloto de Brasília). Ressalta a abundância de águas na região.

Não poderíamos deixar de citar um fato ocorrido na Itália, depois utilizado como justificativa aos idealizadores da Construção da Nova Capital. Em 1883, o sacerdote italiano D. Bosco tem um sonho no qual um anjo o guiava pela América do Sul. O trecho que nos interessa é o seguinte:

"Entre os graus 15 e 20, aí havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento disse-lhe uma voz repetidamente: - Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”⁹

Ainda no final do século XIX ocorre uma acirrada disputa entre mineiros e goianos. Os primeiros desejavam o deslocamento da nova Capital para a região do Triângulo Mineiro. Argumentavam que o local situava-se também no Planalto Central e possuía terras férteis, ao contrário das terras identificadas por Cruls, pobres em nutrientes e distantes de centros urbanos. Outro argumento era a já consolidada estrutura de transportes (estradas e ferrovias) do extremo oeste de Minas Gerais.

Os mineiros não vencem a disputa e em 7 de setembro de 1921 é lançada a Pedra fundamental da nova Capital em Planaltina – GO. Monti (2002) nos lembra que esse acontecimento alcança repercussão nacional e gera especulações, inclusive imobiliárias. Já naquele momento comunidades sertanejas se deslocam para Planaltina, na expectativa de uma vida nova e melhor, advinda da proximidade do Centro de Poder Federal.

Durante a era Vargas (1930-1945) a transferência da Capital saiu da pauta do Governo e cedeu lugar a uma política ocupacionista mais ampla, que ficou conhecida como “A Marcha para o Oeste”. A ascensão de Vargas ocorreu sob o advento de crise, o que não obsta esforços

⁹ Extraído da REVISTA MANCHETE, texto publicado na edição de fevereiro de 2006.

de aproximação do Sertão/Cerrado aos grandes centros urbanos. Em 1930 é construída a estrada de ferro que conectou Anápolis – GO ao Triângulo Mineiro e daí a São Paulo. Firmase um importante trajeto para o escoamento da produção agrícola e de gado.

A Marcha para o Oeste nasceu no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a possibilidade de ocupação estrangeira de áreas inóspitas do Brasil era vista como iminente por setores do governo. Nesse cenário o então presidente Getúlio Vargas sobrevoou toda a região do Araguaia. Ficou impressionado com o que viu, e afirmou ser tudo aquilo "o branco do Brasil Central". Orlando Villas-Boas, um dos principais executores da Marcha e grande humanista, declarou em entrevista ao jornalista Clovis Sena que o perigo de invasão estrangeira não era fictício. Relatou que o primeiro-ministro francês à época, Paul Reynaud, teria declarado: “já que a tônica da Guerra é o espaço vital, por que não ocupar os espaços do Brasil Central com as populações excedentes da Europa?” (SENA, 1999, p. 216).

Com o intuito de mudar essa realidade, o presidente encarregou o ministro da Coordenação de Mobilização Econômica, João Alberto Lins de Barros, de promover a interiorização. Foi criada a Fundação Brasil Central - FBC. O primeiro ato foi o anúncio da “Expedição Roncador-Xingu”, cujo objetivo seria mapear o centro do país e abrir caminhos que ligassem a região ao resto do Brasil.

A expedição partiu por São Paulo, no ano de 1943 quando o País contava com 43 milhões de habitantes. Os paulistas se sentiram motivados e se envolveram com aquela bandeira do século XX. Fizeram doações de alimentos, óleo-motor, armas e munições. Muito dessa empolgação talvez se devesse à leitura e à repercussão da obra do advogado, historiador e poeta Cassiano Ricardo. O ensaísta publicou, em 1940, a "Marcha para Oeste", importante livro sobre o movimento das Entradas e Bandeiras dos séculos XVII e XVIII.

Iniciado o trajeto da Roncador-Xingu, três homens se destacaram na defesa dos índios contactados, os Irmãos Villas-Boas. Mantêm correspondência com o Marechal Cândido Rondon e evitam que a expedição repita os erros do passado - o extermínio de nações indígenas. Na introdução ao livro “A Marcha para o Oeste”, de Cláudio e Orlando Villas-Boas (1994), Sérgio de Souza esclarece que

essa aventura, sem paralelo na história do país e com contornos de ficção, deixou números impressionantes: 1.500 quilômetros de picadas abertas, 1.000 quilômetros de rios percorridos, 43 vilas e cidades nascidas no roteiro da marcha, 19 campos de pouso, sendo que quatro se tornaram bases militares e pontos de apoio de rotas aéreas internacionais, 5 mil índios contactados. E a criação do Parque Nacional do Xingu (SOUZA, 1994, p. 18).

A queda de Vargas em 1945 e a retomada do regime democrático trouxeram ao País uma nova Constituição, a de 1946, na qual é também prevista a mudança da Capital para o interior. Formou-se então uma segunda Comissão de Estudos, sob a chefia do General Poli Coelho. Seu relatório, de 1948, aumenta bastante a área do que veio a ser o Distrito Federal (77.250 km²).

Mas apenas em 1953, quando retorna eleito o Presidente Getúlio Vargas, o Congresso permite os estudos definitivos para a localização da futura cidade. Nova Comissão é criada, sob a chefia do General Caiado de Castro. No início de 1954 é contratada a empresa norte-americana *Donald J. Belcher and Associates*, especializada em estudos de aerofotogrametria. Esta firma seleciona 5 sítios dentro de uma área de 50.000 km². Indica o Sítio Castanho como o mais adequado para nele se construir a nova Capital. Segundo Adirson Vasconcelos, a Comissão estabeleceu uma pontuação para cada sítio, ficando em primeiro lugar “o Sítio Castanho, com 867 pontos. Em segundo lugar, o Sítio Verde, com 800 pontos. O primeiro equivale ao espaço hoje ocupado pelo Plano Piloto de Brasília e o segundo localiza-se entre Sobradinho e Planaltina, no Distrito Federal” (VASCONCELOS, 1978, p. 330).

Após o suicídio de Vargas, em 1954, assume a Presidência Café Filho. Este não se omite e, em mensagem ao Congresso, cita a mudança da Capital Federal e sua previsão no Texto Constitucional. O Marechal José Pessoa substitui o General Caiado de Castro na chefia da Comissão de Localização. Novamente o Sítio Castanho é escolhido como local ideal.

2.2 Brasília: o progresso chega ao Cerrado.

Brasília surgiu como proposta do governo de Juscelino Kubitschek em seu 1º comício como candidato à Presidência da República, em 4 de abril de 1955, na cidade de Jataí - GO. “Toniquinho” perguntou a JK se, caso ele fosse eleito, cumpriria a Constituição de 1946 que estipulava a mudança da Capital do país para o interior. JK respondeu afirmativamente. O Plano de Metas do candidato não contemplava a idéia, mas uma adaptação a transformou em síntese do futuro governo. A promessa de Juscelino foi combatida por seus adversários, como uma idéia louca de um visionário. Vânia Moreira (2005) nos ensina que

a esquerda nacionalista visualizava outro caminho para resolver os dilemas nacionais. Defendia uma ampla reforma agrária distributiva de terra, para aumentar a renda e a capacidade de consumo das famílias rurais. Com isso, a pobreza rural seria reduzida e a indústria nacional poderia crescer atendendo a demanda interna da população, dinamizada pela renda produzida pela reforma agrária (MOREIRA, 2005, p. 23).

Entretanto, a proposta de transferência, por si só, agradou às elites urbanas, desejosas de uma maior industrialização do País. Interessou também às elites rurais, como possibilidade de fomento e estímulo à agropecuária do Centro-Oeste.

Eleito presidente em abril de 1956, JK encaminha ao Legislativo a proposta de transferir a sede do Governo. Foi o anteprojeto elaborado pelo Jurista e Deputado Federal Santiago Dantas. Em 19 de setembro de 1956 o Presidente sancionou a Lei Federal que o autoriza a iniciar a construção da nova Capital. Adirson Vasconcelos, com o discurso característico que permeia toda sua obra, afirma “é o momento primeiro. O primeiro passo objetivo para a marcha rumo ao Planalto. A conquista do interior desabitado. O primeiro instrumento para o início da epopéia da construção de Brasília” (VASCONCELOS, 1989, p. 15).

O próprio Presidente JK, ao se referir às terras do Planalto Central, procurou enaltecer a idéia de eldorado. Sentado à beira de um córrego, (local que inspirou Tom Jobim e Vinícius de Moraes a comporem a canção “água de beber”), na mata que acolhera o Catetinho, Juscelino escreve as seguintes palavras: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.¹⁰ A ilusão do progresso consolida-se em suas palavras, imortalizadas anos depois no monumento em sua homenagem, na Praça dos Três Poderes.

O fato é que nesse sertão de árvores pequenas e retorcidas, já havia uma cultura sertaneja consolidada. Não se tratava de um deserto, como queriam os que pensaram Brasília e a panacéia do moderno. A chegada do novo causa uma reviravolta nos costumes, como adverte Estevão Monti (2002):

A partir do caos instalado com a concretização de Brasília, principalmente os sertanejos que viviam nas terras que hoje são o Distrito Federal e seu entorno começaram a construir um novo universo simbólico na busca da legitimação dos indivíduos e das novas instituições. A chegada dos milhares de brasileiros vindos de todas as regiões do país para construir a nova capital provocou mudanças no vocabulário sertanejo, no conteúdo dos causos que até então não comportavam aviões ou máquinas que movessem quantidades impensáveis de terra, sem falar no salto dado entre o escambo e as complicadas negociações para a desapropriação das terras. Mudaram também as relações com as autoridades, com o tempo e com o espaço (MONTI, 2002, p. 119).

Apesar dessa advertência, não podemos desconsiderar os aspectos favoráveis da construção de Brasília. Com o “Presidente Bossa Nova” e suas realizações a auto-estima

¹⁰ Texto publicado em MANCHETE – Especial JK 100 anos, dezembro de 2001.

nacional foi elevada. Nossa música, arquitetura e ousadia ecoaram por todo o mundo e oportunidades reais de emprego surgiram nas diversas frentes de trabalho. Para alguns setores da sociedade aquele governo representou, efetivamente, cinquenta anos em cinco.

Todavia, importa questionar a essencialidade de algumas mudanças, sob o aspecto socioambiental. Muitas das promessas de desenvolvimento nos Cerrados ocasionam intensa deterioração do homem e de seu meio. O processo de ocupação/transferência demonstra falhas: invasões de áreas públicas, criação de condomínios irregulares, imensas voçorocas em áreas rurais, destruição de nascentes e comprometimento do leito de rios importantes (São Bartolomeu, Maranhão, Paranã).

Sobretudo, temos a (re) construção de mitos da modernidade, entre eles o do sucesso nos grandes centros urbanos. Laura Duarte aponta como conseqüências desses mitos “a crise societal, a perda da identidade cultural e o desenraizamento progressivo dos modos de vida e das relações sociais locais e, principalmente, o estranhamento do homem com a natureza” (DUARTE, 1998, p. 14).

O jornalista Washington Novaes, sempre atento às questões socioambientais nos Cerrados, chama a atenção para o quão distante estão os habitantes do Distrito Federal do Bioma que os acolheu. Relata que pesquisa realizada em 1990, “sobre a visão da sociedade a respeito do cerrado” demonstra que “mais de 90% dos brasilienses pesquisados diziam tratar-se de uma ‘paisagem feia, triste e inútil’”.¹¹

Em outro artigo, publicado na Gazeta Mercantil, Washington Novaes denuncia a perda de biodiversidade do bioma cerrado. Lembra que com as enxurradas, correntões e queimadas esvai-se também um conhecimento de valor econômico e medicinal complexo, sequer estudado da maneira devida (NOVAES, 2002).

Veremos que a Utopia do Planalto, Brasília, tem estreita relação com os dados divulgados pelo IBGE, ainda em 1991: só restavam 7% de Cerrados intocados; “37% já haviam desaparecido e em 56% do bioma já havia alguma forma de manejo econômico” (NOVAES, 2002). Optamos por não apresentar dados do ano de 2006, porque alguns procedimentos de sensoriamento remoto tem sido questionados. Certamente a situação hoje não será melhor, pois o mesmo jornalista denuncia o desmatamento anual de 30.000 Km² de Cerrados nativos por ano, ou cerca de 1,5% da área total. Analisemos algumas políticas públicas que levaram a esse quadro.

¹¹ NOVAES, W. “Salvar ‘a floresta de cabeça para baixo’”. Disponível em: www.amazonia.org.br/opiniao/artigos.cfm

2.3 Expansão da agropecuária sobre as áreas de Cerrado.

Maria Braga (1998) destaca que Brasília, nos anos 60, “estava ainda em processo de consolidação como centro político e administrativo, e o governo federal tinha grande interesse em desenvolver as regiões vizinhas e em ocupar os cerrados” (BRAGA, 1998, p. 97). Transcreve trecho do discurso de 1968 do Presidente Costa e Silva, no qual o General revela como “uma filosofia política a integração nacional no seu máximo desempenho, o que é, aliás, a preocupação primordial do governo, que procura dar a este País a noção do todo que ele deve ser, em vez de um arquipélago econômico, social e político” (ibid., 1998, p. 95). A política de ocupação dos Cerrados é, portanto, uma vertente desse objetivo de integrar (para não entregar) o território. Para o Planalto Central são alocados investimentos vultosos em infra-estrutura, além de apoio financeiro direto e indireto.

Entre os diversos atores desse processo, destacamos o próprio ex-presidente e então fazendeiro Juscelino Kubitschek, proprietário de uma fazenda em Luziânia - GO, nos últimos anos de sua vida. JK, entusiasmado com a realização de mais um sonho, declarou que “tratadas como devem, as terras do cerrado podem ser tão férteis como quaisquer outras. Nelas tudo pode ser plantado com sucesso. Até mesmo o trigo”.¹² “Tratadas como devem” significa a correção dos solos (naturalmente ácidos, ricos em alumínio e pobres em fosfato e nitrogênio), a irrigação, plantio e colheita mecanizados e o uso de tecnologias específicas para os Cerrados. A demanda científica foi grande e tornou-se fundamental a criação, naquele momento, de um núcleo estatal de pesquisa tecnológica voltado à exploração do Bioma. Criou-se então a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados – EMBRAPA/CEPAC.

Mencionemos os planos de desenvolvimento que a partir dos anos 70 modificaram radicalmente a paisagem econômica e ecológica da região. A Fundação Brasil Central é extinta em 1967 para dar lugar à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. O órgão define as áreas apropriadas ao desenvolvimento e à fixação de pólos de crescimento. O Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – POLOCENTRO foi instituído pelo Decreto nº 75.320 de 29 de janeiro de 1975 e priorizou a agropecuária. Maria Braga (1998) informa que o programa envolveu 202 municípios dos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Foram aplicados, entre 1975 e 1981, recursos da ordem de US\$ 750 milhões. A Fundação João Pinheiro foi encarregada de avaliar os resultados. Em relatório, aquela instituição destaca que o

¹² Ibid., 89.

programa teve de fato o mérito de demonstrar a viabilidade empresarial dos cerrados para a produção de grãos e para as atividades pecuárias de bases modernas. Por outro lado, outros resultados que podem ser associados ao programa, demonstram que ele gerou efeitos não desejados. Neste sentido, há indicações que o programa não propiciou os incrementos esperados de emprego, renda e bem-estar. As tendências concentradoras, tanto em termos econômicos, quanto em termos de adensamento espacial da população nas cidades, não foram revertidos (sic) mas, ao contrário, estimuladas com o programa (apud. BRAGA, 1998, p. 99).

O texto não explicita um quadro mais grave: o POLOCENTRO atuou como responsável direto na expropriação do pequeno produtor rural, fato que gerou intensa concentração fundiária. Atraiu da região Sul do Brasil produtores experientes no cultivo de monoculturas. Esses formaram a maioria dos agricultores beneficiados pelo projeto de expansão de fronteiras, assertiva confirmada pelos dados que se seguem.

Em 1972, é criado o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados - PCI, elaborado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Seu objetivo era a incorporação de 292.798 hectares de terras nos Cerrados mineiros. O projeto não alcançou os resultados pretendidos. Entretanto, serviu de modelo a outros programas.

O projeto JICA - *Japan International Cooperation Agency* foi apresentado ao Presidente João Goulart em meados da década de 60. Era um plano para o desenvolvimento dos Cerrados por meio da produção de grãos para exportação e seus beneficiários diretos seriam os estados de MG e GO. O projeto foi vetado, mas foi revisto em 1971, durante o Governo Médice e deu base ao implemento do Programa de Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados - PRODECER. Iniciado em 1976, o programa incentivou a ocupação de extensas áreas dos Cerrados, por meio do que se convencionou ser a agricultura racional. Criou imensas unidades agrícola-empresariais e diversificou o uso de novas tecnologias. O PRODECER priorizava produtores jovens e escolarizados. Novamente os produtores beneficiados foram os sulistas, que possuíam capital, acesso ao crédito e conhecimento na área agrícola.

Peixinho (2001) informa que entre 1970 e 1980 cerca de 21.374.273 hectares de Cerrados foram agregados ao processo produtivo e o número de tratores na região saiu de 12.282 em 1970 para 94.354 em 1975.

Nos anos oitenta, o programa político da Nova República “priorizou, ao menos em suas teses, o resgate da dívida social, com a perspectiva de congregar desenvolvimento econômico e social” (BRAGA, 1998, p. 103). No esteio dessa política, foi criado o Programa de Ampliação dos Efeitos Sócio-econômicos da Agricultura no Cerrado. Maria Braga (1998)

esclarece que o objetivo foi incentivar pequenos produtores, oferecer meios à conservação dos recursos naturais e o aproveitamento racional dos recursos hídricos. Paradoxalmente, o programa apresentou a ambiciosa meta de acrescentar 4,6 milhões de hectares ao sistema produtivo.

A SUDECO é extinta no início do Governo Collor e o Ministério da Integração Regional passa a implementar as políticas de desenvolvimento na região Centro-Oeste. Na reforma ministerial seguinte, a competência passa a ser da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Maria Braga (1998) destaca também a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), pela Constituição Federal de 1988.

A partir do escopo histórico-socio-econômico escolhido, uma breve reflexão sobre esses dados revela que a expansão do agronegócio nos Cerrados mantém os paradigmas observados em outras regiões e momentos do país: desprezo pelos ecossistemas naturais e o crescimento extensivo dos meios de produção. Quase não há iniciativas de pensar a ocupação de modo intensivo, sem abertura de novas frentes de destruição. Robert Buschbacher, do *World Wildlife Fund* - WWF BRASIL, Ong atuante no País desde 1971, nos lembra que

A lavoura da soja no Cerrado pode ser considerada, no momento atual, como a grande herdeira metodológica dos desastres ambientais da cana de açúcar nos séculos XVII e XVIII e do café no século XIX. Mais uma vez, na história dos últimos 500 anos, substituiu-se maciçamente um rico bioma nativo por uma monocultura exótica que, ao que tudo indica, acabará por sofrer os efeitos da superprodução e da degradação ambiental, como já se pode ver pelo crescimento da contaminação e da perda de solos. Mesmo no caso das pastagens plantadas, onde aparentemente existe uma mudança, já que tradicionalmente a pecuária brasileira utilizou, de forma bastante rudimentar, pastos naturais, a lógica essencial continua presente. Trata-se sempre de uma aposta maior no crescimento horizontal e quantitativo, ao invés de reduzir o território ocupado através do aumento da produtividade. Com essa segunda alternativa, seria possível preservar melhor os serviços ambientais e as opções de uso múltiplo do Cerrado, inclusive em termos de exploração da biodiversidade, recreação e unidades de conservação (BUSCHBACHER, 2000).¹³

O avanço das pastagens plantadas e do cultivo de grãos coloca em outro patamar a tradicional atividade agropecuária. Os atores se profissionalizam, criam novos parâmetros de convivência e realizam trocas culturais com brasileiros de outras regiões. Música, comportamento, festas, mídia, vestuário: tudo está em transformação, adaptando-se ao consumo e progresso peculiar de um voraz capitalismo, o agronegócio.

¹³ WWF Brasil. *500 anos de destruição Ambiental no Brasil: Um Balanço do Meio Ambiente*. Coordenação: Robert BUSCHBACHER. Brasília: WWF Brasil, 2000. 24p. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>

Um importante ícone dessa reviravolta cultural são os Centros de Tradição Gaúcha – CTGs, espalhados por toda a região dos Cerrados. Clovis Sena esclarece que esses centros começaram a ser implantados no Rio Grande do Sul, “por iniciativa de jovens estudantes em resistência à penetração dos pacotes da indústria cultural norte-americana, no pós-guerra” (SENA., 1999, p. 256). Nos Cerrados, não há consenso sobre a presença desses centros culturais. Se os CTGs surgem como reação a uma cultura exógena, logo se impõem à cultura endógena, do Sertão. Muitos sertanejos consideram os gaúchos como verdadeiros gafanhotos, que destroem todo o verde que encontram à frente. Noutra via, a professora Laura Duarte (2006)¹⁴ relata que em viagem de estudos ouviu de um gaúcho, plantador de soja, a seguinte afirmação, enquanto apontava ao longe um trabalhador braçal: “a senhora está vendo aquele homem ali? Goiano burro, já foi dono de toda essa terra. Trabalha para mim”. A professora conclui ser essa a lógica, pois os mecanismos de dominação cultural e tecnológica dos Cerrados e de suas gentes reproduzem-se por meio desses CTGs e da perspectiva de progresso trazida por eles. Prevalece, no embate dessas visões de mundo, a imemorial lei do mais forte.

Também o advento da industrialização, em todos os seus aspectos ligada ao incremento da siderurgia, intensifica o corte da vegetação de Cerrado para produção de carvão vegetal. Dá-se impulso a uma atividade que combina crescente dano ambiental a péssimas condições de vida e saúde para os trabalhadores, muitas vezes menores em idade escolar.

2.4 O discurso de inferiorização do Cerrado

Partimos de uma premissa ao longo de todo este capítulo: nas atuais condições de euforia do agronegócio, os Cerrados são vistos como um estorvo ao progresso, um empecilho a ser superado.

Para analisar o discurso de inferiorização dos Cerrados faremos um rápido estudo sobre a construção de uma prática discursiva e sua relação com os objetivos dos atores sociais que lhe conferem legitimação.

A palavra discurso provém do latim *discursu(m)*. No plano semântico, tem como primeiro significado a ação de correr por várias partes ou em várias direções. Em oratória, refere-se à elocução que busca persuadir. Nos trabalhos acadêmicos, terá a denotação de tratado, a exemplo do conhecido “Discurso do Método” de René Descartes.

¹⁴ DUARTE, L. M. Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS/UNB. Fundamentos Teóricos e Epistemológicos do Desenvolvimento Sustentável. 1º Semestre de 2006.

Entretanto, convém destacar que no começo do século XX inicia-se de modo sistêmico o estudo do fenômeno da linguagem, denominado lingüística. A partir desse momento, desenvolve-se o campo semântico do termo discurso pertinente a este trabalho.

Jean Dubois define discurso como “linguagem posta em ação, a língua assumida pelo falante” (DUBOIS et al., 2003, p. 192). Embora a polissemia que apresentamos da palavra discurso não permita aceitarmos essa simplificação conceitual, o conceito de Dubois coloca em cena o uso de um dado idioma por indivíduos aptos. A aptidão seria inata a todos os falantes e foi definida por Chomsky (1957) como competência. Orlandi (2005) ensina que na obra do lingüista americano há uma clara divisão entre competência e performance. Competência seria a aptidão ideal de todo falante ou ouvinte produzir frases em um idioma e performance o “desempenho de falantes específicos em seus usos concretos” (ORLANDI, 2005, p. 39). A performance está associada à construção do discurso, como veremos.

O estudo dos diversos discursos, ou das diversas práticas discursivas insere-se na lingüística de modo amplo, pois envolve a linguagem verbal em suas manifestações escritas e faladas, em suas diversas performances. Os primeiros estudiosos da linguagem e da comunicação traçaram duas tendências principais. A primeira enfoca o caráter psíquico da linguagem, as conexões entre linguagem e pensamento. É chamada de formalismo, porque busca na linguagem seu conteúdo universal e constante. A segunda tendência estuda o percurso social, “explorando a relação entre linguagem e sociedade” (Ibid., p. 18).

Assumimos nossa preocupação com a segunda tendência dos estudos lingüísticos, por suas implicações nas ciências sociais, a exemplo da *sociolingüística*. Nessa área dos estudos sociológicos, como ensina Eni Orlandi (2005), “o falante real é levado em conta e os sociolingüistas analisam as formas lingüísticas usadas pelos falantes em suas comunidades” (Ibid., p. 51).

As diversas comunidades presentes hoje nos Cerrados podem, aos estudiosos que promovam a aproximação entre a sociologia e a lingüística, oferecer suas compreensões sobre o Bioma, diferenciadas. O que é percebido pelos sertanejos no processo de ocupação não será percebido da mesma maneira pelos novos atores, recém-chegados. São comunidades que se encontram, se mesclam, mas têm discursos próprios, provenientes de visões de mundo fixadas por gerações.

Nesse sentido, de comunidades nas quais e pelas quais se manifestam as práticas discursivas, com características e diferenciações perceptíveis, a advertência de Foucault é pertinente: “a troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição; e sem dúvida não poderiam funcionar sem estes” (FOUCAULT,

2004, p. 38). O autor de “A ordem do discurso” salienta que uma das formas visíveis dos sistemas restritivos são os rituais, procedimentos que definem a qualificação dos indivíduos que enunciam e ao fazê-lo se apropriam de uma ou outra posição. Os rituais, assim, “definem os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixam, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção”.¹⁵

Na reflexão de Foucault surge a idéia de sociedades de discursos, núcleos que assimilam um dado ritual e conservam, produzem e reproduzem discursos, mas fazem com que sua circulação se dê em um espaço fechado. Foucault adverte que, na atualidade, não haveria mais essas sociedades tão fechadas, “mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade”.¹⁶

O autor estabelece a idéia de práticas discursivas, dado o caráter social do discurso. Tais práticas representam a escolha complexa de relações que devem ou não ser postas, explicitadas. Na prática discursiva, são incorporados elementos não só lingüísticos. Absorvem-se condicionantes, ligadas a um contexto histórico particular e a um corpo de regras socialmente elaboradas (Foucault, 2004).

Por ser social, o discurso assume um contexto de produção, ou “formação discursiva”, conceituado por Foucault como

um conjunto complexo de relações que funcionam como regras: prescreve o que deveria ter sido posto na relação, em uma prática discursiva, para que essa se refira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal ou qual enunciado, para que utilize tal ou qual conjunto, para que organize tal ou qual estratégia. Definir, em sua individualidade singular, um sistema de formação, portanto, é caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (apud IÑIGUEZ, 2004, p. 92).

Entretanto, a compreensão de um discurso não está adstrita à vontade do emissor, velada ou explicitada no enunciado que produz. Dooley e Levinsohn (2004), em estudo sobre a coesão do texto, relevam a circunstância de que as formas lingüísticas (uso de uma língua específica e de suas estruturas) não dão ao ouvinte a totalidade da organização associada a um discurso, pois “pesquisas psicológicas mostram que o modo como os ouvintes compreendem e guardam um discurso corresponde apenas parcialmente àquilo que foi dito” (DOOLEY, LEVINSOHN, 2004, p. 39). Os autores somam a esse fato a evidência de que

¹⁵ Ibid., 2004, p. 39.

¹⁶ Ibid., 2004, p. 40.

a representação mental que os ouvintes têm do discurso são os seus conhecimentos prévios de como as coisas acontecem no mundo real, junto com as suas expectativas sobre o que o falante pretende dizer. Obviamente, tais conhecimentos e expectativas são baseados na sua experiência pessoal e cultural (Ibid., 2004, p. 40).

Lupicínio Iñiguez (2004) explica que a partir da noção que se use da palavra discurso, a compreensão de sua análise adquirirá significados diversos. A título de classificação, não exaustiva, o autor expõe as concepções mais comuns para o termo discurso, tal como apropriado pelas ciências sociais e humanas:

- a) discurso como enunciado ou conjunto de enunciados efetivamente falados por um/a falante;
- b) discurso como conjunto de enunciados que constroem um objeto;
- c) discurso como conjuntos de enunciados falados em um contexto de interação – nesta concepção ressalta-se o poder de ação do discurso sobre outra ou outras pessoas, o tipo de contexto (sujeito que fala, momento e espaço, história, etc);
- d) discurso como conjunto de enunciados em um contexto conversacional (e, portanto, normativo);
- e) discurso como conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica;
- f) discurso como conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção (IÑIGUES, 2004, P. 123).

Colocada essa tipologia, Iñiguez e Antaki (1994) elaboram uma definição para o termo discurso e para a análise das práticas discursivas:

Um discurso é um conjunto de práticas lingüísticas que mantêm e promovem certas relações sociais. A análise consiste em estudar como essas práticas atuam no presente, mantendo e promovendo essas relações: é trazer à luz o poder da linguagem como uma prática constituinte e reguladora (IÑIGUEZ & ANTAKI, 1994, p. 63).

Dessa maneira, passamos a analisar especificamente o discurso de inferiorização do Cerrado Brasileiro como bioma e a utilização desse discurso na transformação desse imenso território em palco da modernização insustentável e recente do País.

O discurso que pretere o Cerrado será exemplificado por uma declaração da assessoria de imprensa do Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso. Em 2004, quando se tornou público o índice oficial de desmatamento na Amazônia, relativo ao ano anterior, o governador foi logo questionado, por ser o maior produtor individual de soja do Brasil.

Procederemos à análise da declaração oficial, mas para que seu contexto não seja prejudicado, optamos por transcrever matéria publicada pelo Jornal do Brasil (apud NETO, 2005). Sublinhamos a frase que nos interessa, precipuamente:

Jornal do Brasil

RIO - Sobre a manchete do jornal inglês "Independent", o governo de Mato Grosso disse que a culpa pelo desmatamento não é do estado - e sim do governo federal. Segundo José Carlos Dias, secretário de Comunicação do governador Blairo Maggi, é o Ibama que não consegue fiscalizar as áreas com menos de 300 hectares, onde a floresta estaria sendo derrubada. Maggi é o maior plantador de soja do Brasil, mas a assessoria informou que o cultivo dele é no Cerrado, e não nas áreas de mata.

Na véspera, a bancada de sete deputados do PV decidiu deixar a base do governo e tornar-se independente. A gota d'água para o desligamento da base de sustentação do governo foi o índice de desmatamento na Amazônia anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente, o segundo maior da História. Segundo o governo federal, de agosto de 2003 a agosto de 2004, foram desmatados 26.140 quilômetros quadrados da Amazônia, o que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003. Nos sete estados onde foi feito o levantamento, cinco reduziram a taxa de desmatamento, mas Mato Grosso e Rondônia registraram alta de 20% e 23%, respectivamente.

Segundo o Greenpeace, quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu no Mato Grosso. O grupo ambientalista afirma ainda que, "enquanto as árvores caíam na floresta, o grupo do agronegócio de Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$ 532 milhões em 2003, contra US\$ 415 milhões em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares em 2003 contra 140 mil em 2002)¹⁷

Guarde-se um pouco a matéria para mais uma vez apresentarmos alguns conceitos. A relação formada entre o emissor de uma notícia e os diversos receptores é também conhecida como ato de enunciação. Alguns autores do campo lingüístico se referem à enunciação como mecanismo de manifestação dos discursos, das formas de persuasão. Destacamos José Luiz Fiorin (2005), que ao refletir sobre as relações entre enunciador (emissor) e enunciatário (receptor) destaca:

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão (FIORIN, 2005, p. 75)

Em seu estudo sobre a linguagem e persuasão, Adilson Citelli (2002) ressalta que o uso da linguagem cobra distinguir os conceitos de verdade e verossimilhança. Para o autor,

¹⁷ Texto extraído da página do Jornalista Correa Neto:
<http://www.correaneto.com.br/meio%20ambiente/desmatamento.htm>.

“persuadir, antes de mais nada, é sinônimo de submeter, daí sua vertente autoritária” (CITELLI, 2002, p. 13). A aceitação de uma idéia pelo receptor é, portanto, o objetivo primeiro de quem enuncia. Etimologicamente, a palavra persuadir advém de *per* e *suadere*, ou seja, aconselhar. Para Adilson Citelli o enunciado persuasivo quer possuir um conteúdo verdadeiro, como um “conselho” a outrem da procedência do que está sendo enunciado. Mas Citelli adverte: “é possível que o persuasor não esteja trabalhando com uma verdade, mas tão somente com algo que se aproxime de uma certa verossimilhança ou simplesmente a esteja manuseando” (Ibid., p. 13).

Consideremos então a matéria transcrita. O texto reflete uma preocupação comum das sociedades mundiais hodiernas: evitar a destruição da floresta amazônica. Espelha, por outro lado, uma política de exclusão e aniquilamento dos Cerrados, denunciada ao longo deste texto.

Como ato persuasivo, a nota oficial do Governo Maggi e seus efeitos no movimento socioambiental foram minimizados porque, ao comparar a realidade ambiental dos Cerrados com o movimento mundial de preservação e/ou conservação do Bioma Amazônico, ressaltou a prevalência do último. O enunciado se torna verossímil, reveste-se do *status* de verdade. Faz-se tão aceitável que o jornalista não se preocupa em questionar, prossegue a matéria, respaldando o cunho evasivo da defesa do Governador. A assessoria de imprensa sabia que a nota seria difundida em determinado contexto: o do índice de desmatamento oficial da AMAZÔNIA (2003-2004), mote central da notícia veiculada pelo JB. Em resumo: o cultivo, quando feito “no Cerrado, e não nas áreas de mata”, fica autorizado, sem qualquer restrição ambiental.

No Estado do Mato Grosso a família Maggi é vista como sinônimo de sucesso, um modelo a ser copiado. São, sobretudo, extremamente competentes naquilo que se propõem realizar. Marilena Chauí (apud Citelli, 2002), em suas reflexões a respeito da dominação, definiu o conceito de discurso competente, ou aquele associado à idéia de vencer, obter sucesso, alcançar metas que se tornam objetivos de todos, de forma indistinta. A sociedade, ao premiar o sucesso, condena ao ocaso aqueles que não se destacarem. A eficácia se torna um mito, a desconsiderar os fins últimos dos bens gerados nos processos produtivos. Citelli exemplifica:

se, por exemplo, no interior do sistema tecno-burocrático-militar, um pesquisador de física atômica consegue descobrir uma partícula com maior poder de destruição do que as já existentes, então a ele está assegurado o galardão da competência, pouco importando a natureza ética de tal descoberta (...)” (ibid., 2002, p. 34).

Há uma ponte por onde transita a mitificação da competência, e essa ponte é a palavra, ou segundo Citelli, o “discurso burocrático-institucional com seu aparente ar de neutralidade e sua validação assegurada pela cientificidade”. Instituem-se relações de dominação, entre os que falam pela instituição (o padre, o político, o cientista) e aqueles “entregues a uma espécie de marginalidade discursiva: um reino do silêncio, um mundo de vozes que não são ouvidas” (ibid., 2002, p. 35).

Marginalização aplicada ao Bioma das árvores pequenas e tortas e à sua gente sertaneja, historicamente preteridas pelas políticas de meio ambiente e indefesas frente à persuasão de um discurso que se faz dominante, porque institucional.

Arlete Rodrigues (1998) reflete sobre os aspectos do desenvolvimento no mundo moderno (pós-revolução francesa) e nos coloca que o valor positivo de progresso é um modelo único de sociedade desenvolvida. A polarização bem – mal é utilizada pela autora para definir os valores que pautam os discursos das sociedades. Dos pólos emergem as sociedades ocidentais desenvolvidas, “do bem”. Há sociedades não adequadas, como as indígenas, por manterem uma relação orgânica com a natureza, que devem ser conscientemente dizimadas, por representarem sociedades “do mal”.

Se trouxermos a polaridade bem-mal ao nosso objeto de pesquisa, veremos que o discurso da inferioridade dos Cerrados relaciona-se a uma visão compartimentada da realidade, na qual descrições racionais de livre-arbítrio dão suporte à eliminação do Bioma como ação adequada à necessidade artificialmente criada de obter lucro econômico e legitimar uma sociedade de progresso, ciência e bem-estar. Na lógica neoliberal do agronegócio, vivifica-se o ideário de progresso dos enciclopedistas franceses do século XVIII, sintetizado na ciência econômica por Adam Smith, para quem o interesse individual impulsionaria o bem-estar coletivo e a mão-invisível do mercado atuaria como mediadora entre tal interesse e os objetivos comuns da sociedade.

Há, dessa maneira, uma liberdade quase absoluta, conferida ao produtor rural nos Cerrados, com um preço socioambiental visível. Basta viajarmos por municípios do sudoeste de Goiás (região que bate recordes nacionais de produção de soja, milho e sorgo) para constataremos a vastidão das monoculturas, a ausência de reservas legais (20% nos Cerrados) e o assoreamento de rios importantes da bacia do rio Paraná. O mesmo pode ser constatado em outras regiões, como a do Rio Urucuia, noroeste de Minas Gerais.

A produção, denunciada por diversos estudos como insustentável, é ovacionada no plano da política econômica brasileira, onde os números positivos da balança comercial são perseguidos pelo Governo Federal. Os benefícios trazidos pelo agronegócio se sobrepõem aos

danos ambientais e sociais. Acumula-se um passivo ambiental pouco quantificado, porque apenas visível, em seu conjunto, a médio e longo prazos, com a degradação de ecossistemas.

No aspecto social da degradação, não é difícil contrapor a riqueza de cidades novas como Rio Verde, Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu à pobreza quase generalizada em cidades do entorno de Goiânia, principalmente Aparecida de Goiânia, todas em Goiás. O antigo produtor, orgânico, de base familiar, certamente não ocupa posição de destaque nas primeiras cidades, mas poderá ser encontrado no cinturão da Capital, compondo uma equação social de difícil solução. A euforia dos atuais produtores opõe-se à desilusão de quem perdeu laços com o meio, com a terra.

Contradições humanas na relação com o ambiente/espço físico, como as citadas, são objeto de muitos estudos. Citamos Fritjof Capra (1986), para quem a capacidade humana de representar o mundo exterior de forma simbólica - pensar e comunicar nossos símbolos - gera enorme eficácia na maneira como amoldamos nosso meio ambiente. Para o autor, as respostas que damos ao meio ambiente são determinadas por nossa experiência passada, nossas expectativas, nossos propósitos e a formulação simbólica da experiência perceptiva que carregamos.

Somos capazes de refletir o passado, lidar com o presente e projetar o futuro. Essa capacidade está ligada à consciência, e nos confere uma autonomia incomum dentre todos os seres vivos. Para Capra:

O desenvolvimento do pensamento abstrato, da linguagem simbólica e várias outras capacidades humanas depende crucialmente de um fenômeno que é característico da mente humana. Os seres humanos possuem consciência; estamos conscientes de nossas sensações tanto quanto de nós próprios como indivíduos pensantes e experientes (CAPRA, 1986, p. 289).

Entretanto, a análise de F. Capra sobre a consciência aponta uma característica marcante de nosso processo evolutivo: a perda de contato com as realidades da vida. Ao criarmos um mundo interior abstrato, e simbolizarmos o mundo exterior, tornamo-nos as únicas criaturas incapazes de cooperar. E também aptas a matar indivíduos da própria espécie pelo motivo mais torpe. O autor exemplifica: “a evolução da consciência deu-nos não só a pirâmide de *Queops*, os *Concertos de Brandemburgo* e a Teoria da Relatividade, mas também a queima das bruxas, o Holocausto e a bomba de Hiroxima” (Ibid., p. 293).

Essas contradições explicitam uma tradição cartesiana nas concepções de ciência, tecnologia e bem-estar. Com a idéia de progresso e desenvolvimento, nossa associação primeira é ao crescimento econômico puro e simples, tal como o faziam os bandeirantes dos

primeiros tempos da colonização. Na atual construção de impérios econômicos no meio rural, o ímpeto bandeirante acaba por encontrar o que Andréa Bolson denominou ser um “eldorado insustentável”, em sua dissertação sobre a cultura da soja e a conquista do Oeste Brasileiro. Na conclusão de seu trabalho, após mencionar que os “atos de bandeirismo estendem o avanço da nacionalidade” (BOLSON, 2004, p. 110) a autora ressalta que

O sistema em expansão e seus atores adaptam-se permanentemente aos seus entornos, produzem-se a si mesmos no operar de seus componentes e conservam sua identidade enquanto são capazes de preservar sua organização. O que poderia ser capaz de frear uma dinâmica assim ou redirecioná-la? Qual seria o alcance real e o papel das mudanças individuais e da criação de espaços de negociação para o exercício da ética e da educação (...)? (Ibid., p. 111)

A resposta à pergunta de Andréa Bolson não foi dada, mas um importante caminho vem sendo traçado pelo ambientalismo brasileiro, com reflexos no Congresso Nacional e no Executivo Federal. Cresce o número de atores desejosos de políticas públicas voltadas não só ao crescimento econômico nos Cerrados, mas também ao desenvolvimento social sustentável na região. Uma ação necessária ao rompimento da racionalidade instrumental de ocupação dos Cerrados será a inclusão do bioma entre aqueles categorizados como “patrimônio nacional” (art. 225, §4º, Constituição Federal de 1988), tema abordado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A PEC Nº. 115/95 E A OMISSÃO DO TERMO “CERRADO” (ARTIGO 225, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

3.1 Assembléia Nacional Constituinte e o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte envolveram os principais movimentos sociais brasileiros. Os debates que antecedem à promulgação da Carta Fundamental de 1988 refletem a necessidade do Brasil de se reconciliar com os valores da democracia, reprimidos nos anos de regime militar. José Afonso da Silva (2005) nos ensina que

O constituinte fez uma opção muito clara por uma Constituição abrangente. Rejeitou a chamada constituição sintética, que é constituição negativa, porque construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade, modelo de constituição que, às vezes, se chama de constituição-garantia (ou constituição-quadro). A função garantia não só foi preservada como até ampliada na Constituição, não como mera garantia do existente ou como simples garantia das liberdades negativas ou liberdades-limite. Assumiu ela a característica de uma constituição-dirigente, enquanto define fins e programa de ação futura, menos no sentido socialista do que no de uma orientação social democrática, imperfeita, reconheça-se” (SILVA, 2005, p. 6).

Entretanto, é difícil traçar os limites de uma constituição-dirigente, fato que atrai as reflexões dos constitucionalistas. Joaquim Canotilho, *v. g.*, preocupa-se com “o que deve (e pode) uma constituição ordenar aos órgãos legiferantes e o que deve (como e quando deve) fazer o legislador para cumprir, de forma regular, adequada e oportuna, as imposições constitucionais” (apud. MORAES, 2002, p. 40).

Os conteúdos normativo-dirigentes do Texto de 1988, entretanto, demonstram a clara preocupação em refletir expectativas históricas da sociedade brasileira, definidas por Juliana Santilli (2005) como “novos” direitos. A autora esclarece que

o processo constituinte brasileiro deu lugar a grandes inovações em relação à tradição constitucional, possibilitando a inserção na Carta Magna de capítulos e de artigos que plantaram as sementes dos chamados ‘novos’ direitos, constituindo também as bases para a evolução do que aqui denominamos ‘direitos socioambientais’. Nos anos seguintes à promulgação da nova Constituição, a novidade e generosidade conceituais dos ‘novos’ direitos passou a permear a legislação infraconstitucional, além de influenciar fortemente a elaboração de novas constituições e de emendas constitucionais em vários países do subcontinente, como Colômbia,

Paraguai, Equador, Bolívia, Nicarágua e Guatemala, consolidando internacionalmente esses novos paradigmas” (SANTILLI, 2005, p. 57).

Interessa-nos, porém, questionar o paradoxo de nossa Constituição, com uma proposta dirigente, em momento rico de participação popular, omitir-se de qualificar como Patrimônio Nacional o bioma Cerrado.

O contexto da década de oitenta do século passado pode elucidar essa questão. No plano internacional, a Assembléia Nacional Constituinte era vista como uma oportunidade que o Brasil se concedia de solver inúmeras dívidas sociais. Apesar de a Convocação da Assembléia atribuiu poderes constituintes a um terço dos Senadores não eleitos em 1986, mas no regime anterior, e apesar das vontades políticas divergentes, foram ouvidas lideranças indígenas, comunidades isoladas (ribeirinhos), quilombolas, seringueiros, portadores de deficiências físicas, idosos, dentre outros.

Tamanho diálogo agradou à imprensa internacional, mas não mitigou a preocupação com o mais recorrente tema do noticiário mundial sobre o Brasil: a devastação da Amazônia. Falar sobre nosso país no exterior era lembrar esse problema, precipuamente. Em Londres, Reino Unido, tornou-se famosa a frase pichada em diversos muros: “faça um bem à Amazônia – mate um brasileiro”. Músicos brasileiros e internacionais se envolvem com a questão, alguns de forma incisiva, como aconteceu com o compositor e cantor *Sting*. O astro tentou mobilizar recursos mundiais para a compra progressiva de áreas nativas na Amazônia, para proteção do bioma, principalmente no entorno do parque indígena do Xingu/MT.

Não alcançou comoção mundial a devastação do Cerrado, em curso, arquitetada pelos programas de desenvolvimento que analisamos no capítulo anterior. Naqueles anos, os Cerrados se consolidavam como fronteira agrícola e qualquer proteção Constitucional foi rechaçada pela bancada ruralista, extremamente poderosa em nossa história parlamentar.

Ainda hoje, no discurso político, temos a prevalência absoluta do Bioma Amazônico, espécie de *top of mind* em questões ambientais. Como exemplo, veja-se a frase do Presidente Lula, quando rememora sua atividade na Câmara Federal:

Eu vivi um período de Constituinte em que a discussão sobre a questão ambiental era a política do oito ou 80. Não existia diálogo, era uma guerra: ou você destrói tudo ou você não destrói nada; ou você transforma a Amazônia em um santuário ou você a destrói de forma totalmente descontrolada.¹⁸

¹⁸ Proferida em cerimônia de promulgação da Lei de Concessões Florestais (Lei nº. 11.284/06). Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Ag/Clipagem/noticias.asp?txtIDMATERIA=139302&txtIdTipoMateria=8&txtIdVeiculo=16>

Na Assembléia Nacional Constituinte, portanto, os debates restringiram-se aos biomas já agregados ao imaginário coletivo como áreas ricas em belezas naturais, reconhecidas por suas potencialidades turísticas, estéticas e sociais: Mata Atlântica, zona costeira, Serra do Mar, Floresta Amazônica e Pantanal Mato-Grossense.

Em movimento inédito, é inserido na Constituição de 1988 um capítulo específico sobre Meio Ambiente, termo sequer citado nos diplomas anteriores. Veja-se, no que interessa, o que diz o artigo 225 da CF/88:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Já havia, no texto do art. 3º, I, da Lei nº. 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), uma definição de Meio Ambiente: “é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Paulo Affonso Leme Machado comenta que a definição “é ampla, pois vai atingir tudo aquilo que permite a vida”¹⁹. Não poderia ser diferente, posto se referir aos complexos sistemas interconectados de comunidades bióticas e abióticas.

Interessante a ponderação feita por Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2005):

se a Política Nacional de meio ambiente protege a vida em todas as suas formas, e não é só o homem que possui vida, então todos que a possuem são tutelados e protegidos pelo direito ambiental, sendo certo que um bem, *ainda que não seja vivo*, pode ser ambiental, na medida que possa ser essencial à sadia qualidade de vida de outrem (...) (FIORILLO, 2005, p. 16).

Mais à frente, Fiorillo afirma a necessidade de uma visão antropocêntrica sobre o assunto. Para o autor, o homem, único animal racional, tem o poder/dever de não só preservar sua espécie como das outras que compõem o meio. Exemplifica: “Do contrário, qual será o grau de valoração, senão for a humana, que determina, v. g., quais animais podem ser caçados, em que época se pode fazê-lo, onde, etc?” (ibid., 2005, p. 16). Essa reflexão está no centro das discussões atuais em meio ambiente. Um possível limite a esse poder humano seria

¹⁹ MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 7ª ed., São Paulo: Malheiros, 1998, p.92

uma ética universal? Ora, mas a ética seria também objeto de reflexões, o que não afasta a ação racional humana. Estabelece-se um paradoxo, que extrapola os limites deste texto.

Fiquemos com o Direito Ambiental. Ao analisar o capítulo VI (Do Meio Ambiente), do Título VIII (Da ordem Social), da CF/88, Alexandre de Moraes (2002) destaca a adoção de uma “tendência contemporânea de preocupação com os interesses difusos, e em especial com o meio ambiente, nos termos da Declaração sobre o Ambiente Humano, realizada na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972 (...)” (ibid., p. 679).

O autor ressalta que não só naquele capítulo o meio ambiente é contemplado, mas em diversas regras, que divide em quatro grandes grupos: 1) regra de garantia (CF, art. 5º, LXXIII); 2) regras de competência, onde se determina a competência administrativa comum da União, estados, distrito federal e municípios a proteção a bens de valor histórico, artístico e cultural; monumentos, paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; combate à poluição e preservação de florestas, fauna e flora (CF, art. 23, incisos III, VI e VII); também a competência legislativa concorrente para, dentre os elementos citados, proteção de animais silvestres (caça), pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e “responsabilidade por dano ao meio ambiente” (CF, art. 24, incisos VI, VII e VIII); e a competência do Ministério Público para promover inquérito civil e ação civil pública, “inclusive para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (CF, art. 129, III); 3) regras gerais: CF, arts. 170 VI, 173, § 5º, 174, § 3º, 186, II, 200, VIII, 216, V, 231, § 1º) e as regras específicas, postas no art. 225 da Constituição Federal (ibid., p. 680).

O Capítulo VI, Título VIII, da CF/88, composto de um só artigo, encontra-se conectado a muitos outros ao longo do texto constitucional. Nele está colocado um direito fundamental, regulador das políticas ambientais brasileiras. Juliana Santilli (2005) refere-se ao *caput* do art. 225 da CF para nos lembrar que

o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, é um direito humano fundamental. Embora não esteja arrolado no artigo 5º da Constituição entre os direitos e garantias fundamentais ‘explícitos’, a doutrina já reconhece o seu caráter fundamental, baseada em uma compreensão material do direito fundamental, cujo conteúdo invoca a construção da liberdade do ser humano” (SANTILLI, 2005, p. 58).

A autora afirma que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é tido como um direito humano de terceira geração. Há nele um caráter coletivo que o diferencia dos direitos de primeira geração (civis e políticos, individuais - associados à liberdade, igualdade e propriedade privada) e dos direitos de segunda geração (sociais, econômicos e culturais,

vinculados ao trabalho, educação etc). Juliana Santilli ressalta que a moderna doutrina não aceita o termo “geração”, pela idéia de sucessividade que traz. Os autores preferem o termo “dimensão”, por ser permanente e complementar a aquisição e renovação dos direitos humanos (Santilli, 2005). Tem-se, portanto, no *caput* do art. 225 da CF, um direito de terceira dimensão, “em virtude de sua natureza metaindividual, difusa e coletiva, tratando-se de um ‘direito de solidariedade’, que não se enquadra nem no público, nem no privado, tal como o direito à autodeterminação dos povos e à paz” (ibid., p. 60).

Na busca de uma sadia qualidade de vida para todos os indivíduos, a CF/88 qualifica ainda o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem de uso comum do povo. Não importa aqui o domínio, objeto da doutrina civilista clássica, mas a “natureza incorpórea e imaterial, e pertencente à coletividade – dos elementos corpóreos que o integram, que são também bens ambientais, como as águas, as florestas, etc” (ibid., p. 61). José Afonso da Silva discorre sobre essa classe de bens de interesse público:

A doutrina vem procurando configurar outra categoria de bens: os bens de interesse público, na qual se inserem tanto os bens pertencentes a entidades públicas como bens dos sujeitos privados subordinados a uma particular disciplina para a consecução de um fim público. Ficam eles subordinados a um peculiar regime jurídico relativamente a seu gozo e disponibilidade e também a um particular regime de polícia, de intervenção e de tutela pública. Essa disciplina condiciona a atividade e os negócios relativos a esses bens, sob várias modalidades, com dois objetivos: controlar-lhes a circulação jurídica ou controlar-lhes o uso, de onde as duas categorias de bens de interesse público: os de circulação controlada e os de uso controlado. São inegavelmente dessa natureza os bens imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico, turístico e as paisagens de notável beleza natural, que integram o meio ambiente cultural, assim como os bens constitutivos do meio ambiente natural (a qualidade do solo, da água, do ar, etc)” (SILVA, 2004, p. 221).

Uma influência direta do Relatório Brundtland, de 1987 (“Nosso Futuro Comum”) pode ser percebida no *caput* do art. 225 da CF, ao se atribuir não só ao poder público, mas a toda a coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado “para as presentes e futuras gerações”. Essa a matriz do *desenvolvimento sustentável*, conceito revolucionário, fixado no relatório como: “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”.²⁰ O relatório Brundtland ressalta diversos aspectos norteadores do que seja um interesse comum em escala global:

²⁰ Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. NOSSO FUTURO COMUM. Presidente: Go Harlen Brundtland. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

A interdependência local aumentou, quando muito, devido à tecnologia empregada na agricultura e na manufatura modernas. Mas, por causa do progresso técnico, do ‘cerco’ das terras comuns, do desgaste dos direitos comuns sobre florestas e outros recursos, e da intensificação do comércio e da produção para o mercado, as responsabilidades quanto às decisões estão sendo retiradas dos grupos e dos indivíduos. Essa mudança ainda está em processo em muitos países em desenvolvimento.²¹

Também a convenção de Estocolmo de 1972 legou ao Constituinte uma série de 23 princípios. Para a doutrina nacional, todos foram encampados pelo art. 225 da CF, fato que demonstra a qualidade do debate ambiental ocorrido no Brasil naquele fértil período (Sirvinskas, 2003).

Importa destacar os princípios da precaução e da prevenção. O primeiro tem com a necessária cautela a ser observada quando não se alcançou um estágio científico satisfatório que viabilize a aplicação de uma nova tecnologia. O desconhecimento sobre eventuais efeitos impõe a aplicação do princípio da precaução. Um exemplo prático foi a relutância, infelizmente abandonada pelo governo brasileiro, em permitir o plantio e comercialização de soja transgênica em território nacional. O princípio foi diversas vezes invocado para barrar o uso da soja transgênica (de efeitos desconhecidos à saúde humana), mas não resistiu às implicações mercadológicas. Segundo Nicolas Treich:

o mundo da precaução é um mundo onde há uma interrogação, onde os saberes são colocados em questão. No mundo da precaução há uma dupla fonte de incerteza: o perigo ele mesmo considerado e a ausência de conhecimentos científicos sobre o perigo. A precaução visa gerir a espera da informação. Ela nasce da diferença temporal entre a necessidade imediata de ação e o momento onde nossos conhecimentos científicos vão modificar-se” (Apud. MACHADO, 1998, p. 49).

Já o princípio da prevenção, de acordo com Márcia Leuzinger²², “refere-se ao dano conhecido, para o qual se impõem ações no sentido de evitá-lo ou, pelo menos, minimizá-lo.” Podemos exemplificar com o caso de Cataguases-MG: era certo que o rompimento de um dique, cheio de dejetos industriais do processo de produção de celulose, contaminaria o sistema hídrico da região. Por prevenção, a empresa responsável tinha o ônus de evitar a contaminação. Não o fazendo, sujeitou-se às conseqüências e sanções ambientais (civis, administrativas e penais). Na aplicação das sanções, entra em cena outro princípio, o do poluidor-pagador. Cabe ao responsável pelo dano a internalização dos custos externos. Conforme Cristiane Derani, a “aplicação desse princípio impõe-se ao sujeito econômico

²¹ Ibid., p. 50.

²² LEUZINGER, Márcia. *Direito Ambiental Constitucional*. Artigo disponibilizado aos alunos do CDS_UNB. Disponível em: Sistema Moodle: <www.aprender.unb.br>

(produtor, consumidor, transportador), que nessa relação pode causar um problema ambiental, arcar com os custos da diminuição ou afastamento do dano” (DERANI, 2001, p. 72).

Traçamos um breve panorama do artigo 225, *caput*, da Constituição Federal de 1988. Devemos ressaltar o fato de não encontrarmos na obra dos principais autores nacionais uma referência sequer à omissão constitucional em relação ao bioma Cerrado (§ 4º daquele artigo).

A diversidade biológica, os saberes tradicionais ameadados e as culturas envolvidas não atrairiam a aplicação, ao menos, dos princípios da precaução e prevenção no uso agroindustrial do Bioma?

Repita-se, na esfera acadêmica, a pergunta também realizada por ambientalistas com larga trajetória de lutas. Destacamos de Washington Novaes²³ o seguinte questionamento:

Que terá levado deputados e senadores constituintes, em 1988, a inscreverem na Constituição, como ‘patrimônios nacionais’, os biomas da Amazônia, da mata atlântica, da zona costeira e do Pantanal, deixando de lado o cerrado, a caatinga e os campos do sul? Talvez se diga que estes últimos já estavam próximos da extinção. E que nem o preceito constitucional impediu o avanço da devastação nos que foram considerados patrimônios. Mas o fato é que à caatinga e ao cerrado foram atribuídos um status inferior – e isso contribuiu para justificar o desprezo à primeira (em boa parte em processo ou ameaçada de desertificação) e o avanço da devastação no segundo”.

3.2 A Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº. 115/1995.

Para nos referirmos à Proposta de emenda Constitucional – PEC nº. 115/1995, devemos fazer uma breve menção à REDE CERRADO, uma rede de organizações não-governamentais empenhada numa busca incessante de atrair melhor e maior visibilidade ao Bioma Cerrado.

Durante a ECO/92 foram realizados debates específicos sobre os Cerrados. Buscava-se definir os limites geográficos do bioma. Naquele momento, foi elaborado o “Tratado dos Cerrados”, documento reconhecido como semente do que se tornaria a Rede Cerrado. Ali foram elencados os principais problemas socioambientais da região.

Já em agosto de 1992, na cidade de Goiânia – GO, cerca de dez entidades começam a organizar e estruturar a Rede Cerrado. A partir desse momento a Rede foi se estruturando, recebeu a adesão de novas organizações não-governamentais e ampliou suas atividades.

Em 1995 foi realizado o primeiro encontro nacional, do qual participaram 40 entidades provenientes dos principais Estados encampados pelo Bioma Cerrado: GO, DF, MS, MT, MG e TO. No seminário definiu-se a Coordenação, com representantes estaduais e Secretaria

²³ NOVAES, W. “Salvar ‘a floresta de cabeça para baixo’”. Disponível em: www.amazonia.org.br/opiniao/artigos.cfm

Executiva. Esta passaria a ser o ponto nodal da rede, como um *hug* difusor de informações e apto à interlocução com outras instituições.

A Rede passa a ser o elemento aglutinador das diversas ONGs, associações e cooperativas que atuam nos Cerrados, principalmente relacionadas ao extrativismo vegetal (babaçu, buriti, capim-dourado, pequi, mangaba etc) e luta por direitos das mulheres do campo, direitos dos quilombolas e interesses indígenas.

Em 1995, quando crescem em quantidade e qualidade as reivindicações da Rede Cerrado, o então Deputado Federal Pedro Wilson, do PT de GO, avoca a iniciativa de propor uma Emenda Constitucional para a inclusão da palavra “Cerrado” no texto do § 4º, art. 225 da CF/88. A “PEC do Cerrado” começa sua trajetória burocrática, na busca de se reconhecer como Patrimônio Nacional a região correspondente a 24% do Território Nacional.

A PEC nº. 150/95, firmada por 172 deputados, foi apensada à PEC nº. 115/95. Da última, destacamos os seguintes trechos da justificção oferecida pelo Deputado Gervásio Oliveira e outros:

A Constituição Federal, ao definir como patrimônio nacional os biomas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira, consagra a sua preservação como de interesse público. Este dispositivo constitucional não é, por si só, suficiente para evitar a prática de atividades que degradam o meio ambiente, mas funciona como uma importante afirmação do princípio de que devem ser envidados todos os esforços possíveis para que a ocupação destas regiões se norteie por critérios que garantam o desenvolvimento sustentável.

O texto de nossa carta Magna, no entanto, incorre em inaceitável omissão ao deixar de incluir o Cerrado na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. São extremamente significativas as razões para que o Cerrado conste do § 4º do art. 225 da Constituição (...)

Os brasileiros precisam assumir responsabilidades com a conservação dos recursos do Cerrado, sob pena das futuras gerações serem privadas da utilização de um patrimônio natural de importância impar. O primeiro passo neste sentido deve ser a fixação em letras constitucionais da vedação de práticas predatórias na região, em favor da adequada gestão dos recursos naturais, da conservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico. Contamos, assim, com a mobilização de nossos ilustres pares para a aprovação desta emenda ao texto constitucional.²⁴

Embora no crepúsculo da justificção se contasse com a mobilização dos deputados federais, desde aquele momento o procedimento legislativo não evoluiu.

Para apreciar as propostas, instituiu-se Comissão Especial na Câmara dos Deputados somente em 15 de março de 2004, quase dez anos após a iniciativa dos Deputados que firmam as PECs 150 e 115.

²⁴ Fonte: Diário do Congresso Nacional (Seção I). Terça-feira, 8 de agosto de 1995. Página 98.

A Comissão foi uma resposta do Congresso Nacional à sociedade brasileira, após a divulgação de um relatório da Ong Conservação Internacional - Brasil, dando conta de que até 2030 só haverá 3% de Cerrado em nosso território, a persistirem os índices atuais de desmatamento: 3 milhões de hectares/ano.

Em entrevista concedida à jornalista Carolina Mourão²⁵ o gerente do Programa do Cerrado da CI Brasil, Mário de Barros, declarou que elevar o ecossistema à condição de Patrimônio Natural tem valor especial sob o aspecto ambiental: "Não é só um título. Existe um peso de alcance de mídia, para mobilização das pessoas", afirmou Mário Barros. Acrescentou também que "o título é um importante instrumento e obrigaria o governo desenvolver políticas de proteção e regulamentação que não existem hoje, como aconteceu com a Mata Atlântica"²⁶.

Em reportagem, Carolina Mourão desvenda os meandros de um processo estagnado, a tramitação da PEC 115/95, e noticia:

A única reunião realizada foi a de instalação, ainda em março de 2004, que definiu a composição da mesa. Nas dez primeiras sessões seguintes, data limite para apresentação de emendas, ninguém apareceu. Desde então tem sido assim. Das 240 sessões, nenhuma foi realizada por não ter número mínimo de deputados presentes.

A curiosa deficiência de quorum tem levado o presidente da comissão, deputado Ricarte de Freitas (PTB-MT), a pedir prorrogações sempre que vencem 20 sessões, prazo para a apresentação do parecer. Integrante da oficiosa bancada ruralista da Câmara, o deputado parece saber que o Regimento Interno da Câmara não prevê limite para os adiamentos das reuniões, e abusa da prerrogativa enquanto apóia o avanço da soja em seu estado natal, o Mato Grosso. Em 25 de maio de 2004, sem qualquer reunião realizada, ele pediu a primeira prorrogação para a apresentação do parecer. Fez isso, 11 vezes seguidas, sem pudor: 28/06/2004, 23/08/04, 28/9/04, 04/11/04, 10/12/04, 16/03/2005, 12/04/05, 18/05/05, 24/06/2005, 02/08/05. Cada prorrogação com 20 sessões cada, somando 220, sem contar as 40 iniciais, todas canceladas por falta de quorum.²⁷

Para o início dos trabalhos, são necessários metade mais um dos 32 deputados que formam a Comissão. Não sem razão, a bancada ruralista da Câmara está maciçamente representada e tem garantido a ausência dos membros necessários aos debates.

Constata-se que não só o Presidente da Comissão, Ricarte de Freitas (PTB-MT), representa os interesses do agronegócio. Prosseguimos com o texto de Carolina Mourão:

A tropa de choque da soja na comissão é democrática: vai do PFL ao PT. Além da presidência, os ruralistas têm também a relatora, a petista goiana

²⁵ Texto obtido no end.: <http://www.terrana.com.br/SOSCERRADO/html/NOTICIAS%202005.htm>

²⁶ Apud Carolina Mourão. Ibid, 2005.

²⁷ Ibid., 2005.

Neyde Aparecida, que finge lutar a favor do meio ambiente. Na base de apoio, estão os irmãos Caiado, Ronaldo (PFL-GO) e Sérgio (PP-GO), Moacir Micheletto (PMDB-PR), velho aliado do desmatamento que há 4 anos apresentou projeto para mudar o código florestal brasileiro e Luiz Bittencourt (PMDB-GO), relator da aprovação da MP que liberou a comercialização da soja transgênica em novembro de 2003. Essas são as grandes estrelas.

Como coadjuvantes, estão escalados Vilmar Rocha (PFL-GO), Pedro Canedo (PP-GO), Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), João Campos (PSDB-GO), Romel Anízio (PP-MG), Jaime Martins (PTB-MG), Fernando Diniz (PMDB-MG), Antônio Carlos Biffi (PT-MS), Celcita Pinheiro (PFL-MT), Eliseu Resende (PFL-MG), Raimundo Santos (PL-PA), Maurício Rabelo (PL-TO). Júnior Betão (PL-AC), Ronaldo Dimas (PSDB-TO) e salvo engano, todo o resto, simpatizante. Apesar do peso evidente que esta bancada representa na comissão, Ricarte de Freitas descarta a possibilidade de lobby. 'Não faz sentido essa hipótese. Se os ruralistas tivessem algum interesse tratariam de tentar uma conciliação, e não emperrar os trabalhos', diz.²⁸

A Jornalista buscou esclarecimentos dos Deputados, para poder divulgar os motivos de uma demora de 240 sessões. Todos foram evasivos, não se comprometeram em dizer abertamente qual o motivo dos adiamentos. Carolina Mourão contactou também a relatora da Comissão, Neyde Aparecida. A Deputada responsável pela elaboração do parecer da PEC, afirmou que iria "ligar para as entidades ligadas ao meio ambiente para pedir que pressionem os deputados. É o único jeito. Estou combinando isso com o presidente"²⁹.

Na verdade, problematizar a devastação em curso no Bioma Cerrado não parece ser prioridade dos nossos Deputados Federais. Vejamos a conclusão dada por Carolina Mourão ao seu texto:

Sugeri que a deputada fizesse melhor: Desse uma olhada no artigo 52 parágrafo 6º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Sua aplicação resolveria o problema. Segundo o Regimento, vencido o prazo de 20 sessões, como já aconteceu tantas vezes, qualquer deputado pode pedir que a votação do parecer seja feita em plenário, sem que ele tenha de passar pelo crivo da comissão. "Existe mesmo essa possibilidade", sem querer mostrar que está mal assessorada ou com má vontade. "E por que a senhora ainda não fez isso?"

Ex-prefeita de Goiânia, Neyde tem seus motivos: nutre estreitos laços com os ruralistas. 'Sobre esta possibilidade do plenário, me liga semana que vem'. (...) ³⁰.

Esses adiamentos exigem um tempo do qual o Bioma Cerrado não dispõe. Tão grave é a situação, que no IV Encontro Nacional, ocorrido em Montes Claros MG, a REDE CERRADO

²⁸ Ibid., 2005.

²⁹ Ibid., Apud Carolina Mourão, 2005.

³⁰ Ibid., 2005.

propunha uma moratória de cinco anos, proibindo-se a abertura de novas frentes produtivas. Nunca houve tal moratória e a devastação continua.

Recentemente, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente gerou alguma expectativa entre os atores envolvidos com os Cerrados. Foi instalada em abril de 2006 a Comissão Nacional do Cerrado Sustentável - CONACER, formada por sete ministros e vários representantes da sociedade civil. Ocupa a presidência da CONACER o secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, João Paulo Ribeiro Capobianco. O secretário/presidente informou que aproximadamente 85 milhões de reais serão investidos na Comissão e um dos principais objetivos é o de trabalhar pela aprovação da PEC nº. 115/95. Neste momento, a discussão foi ampliada à Caatinga, que terá atenção especial e, de acordo com o MMA, deve ser incluída no texto constitucional, ao lado do Bioma Cerrado.

Até o encerramento deste trabalho, não constatamos novidades na tramitação das citadas Propostas de Emenda Constitucional.

3.3 Estratégias de Conservação e incentivo ao agronegócio. Há solução?

Não é nosso objetivo analisar todas as políticas de conservação em pauta na região dos Cerrados. Descabe, ademais, nos lindes desta monografia, estabelecer pontualmente como se dá o incentivo ao agronegócio no Bioma Cerrado. Importa ressaltar alguns aspectos de conflitos de interesses, ocorrentes no âmago de uma mesma gestão pública.

A carta de Montes Claros³¹, acima referida, resume esses conflitos. Extraímos daquele documento o seguinte trecho:

Estamos, pois, diante do confronto de dois modelos de uso dos recursos naturais nos Cerrados: 1- o dos Povos dos Cerrados, que maneja os recursos naturais conservando a biodiversidade e a água, fundamentais não só para nós como para toda a humanidade e o planeta, que sabe que a sobrevivência de todos e de cada um depende da conservação da fertilidade natural da terra e; 2- o do Agronegócio articulado a grandes projetos, que beneficiam poucos, sendo que a maioria sequer habita a região e que, exatamente por isso, não respeita os lugares, sua natureza e sua cultura e coloca em risco todo esse patrimônio natural e cultural.

O texto define uma dualidade que interferirá em políticas públicas, podendo gerar contradições. Citemos o exemplo do Rio São Francisco e sua transposição. Recentemente, o tema ocupou os grandes jornais brasileiros, não só pelo projeto de transposição, encabeçado pelo Ministro Ciro Gomes, mas pelo jejum do Bispo Luis Flávio Cappio. Diversas opiniões

³¹ Fonte: REDE CERRADO: <www.redecerrado.org.br>

foram emitidas sobre o ato do religioso, mas algumas delas privilegiaram o estado de penúria do mais extenso rio dos Cerrados e de parte da Caatinga. Transcrevemos as observações de Fernando Gabeira:

(...) o rio está doente. O governo não aceita esta tese talvez por causa de sua conotação física. Ele admite apenas que o rio está degradado. Da nascente à foz, o São Francisco tem problemas. Na Serra da Canastra há um parque nacional de 200 mil hectares que deixa as nascentes de fora. Se ficasse dentro, também não adiantaria muito pois o Ibama não tem dinheiro para fiscalizar. A língua salgada que avança pela foz, arruinando pescadores, mostra o rio perdendo terreno e um processo de decomposição que pode se ampliar. No seu curso, o São Francisco recebe toneladas de esgoto e lixo. Alguns de seus afluentes, como o rio das Velhas, são apenas um fantasma do que representaram no passado (GABEIRA, 2005. p. 38).

Estabelece-se no caso do São Francisco um problema de difícil equação: legitimar o uso da água por populações historicamente carentes do semi-árido e, ao mesmo tempo, interromper um processo também histórico de destruição da bacia do “Rio da Integração Nacional”. A política de transposição deve ser realizada antes da revitalização (efetiva), não só do Velho Chico, mas de todos os seus afluentes, degradados por séculos de exploração? Haverá benefício real às populações carentes ou a água servirá apenas ao agronegócio? As respostas não se avizinham e objetivos nem sempre claros podem aflorar no ano eleitoral que começa.

A falta de clareza em políticas ambientais reflete uma das diversas crises da modernidade, objeto de trabalhos no campo das ciências sociais: o questionamento sobre valores morais e éticos das sociedades.

Essa a preocupação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos que, após enumerar uma série de problemas contemporâneos, afirma haver neles desconforto “suficiente para nos obrigar a interrogarmos-nos criticamente sobre a natureza e a qualidade moral da nossa sociedade e a buscarmos alternativas teoricamente fundadas nas respostas que dermos a tais interrogações” (SANTOS, 2000, p. 24).

Para o autor, não há agentes históricos únicos nem forma única de dominação. Ele afirma que não precisamos de uma teoria comum, mas de uma teoria de tradução, que permita aos atores coletivos conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam. Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos afirma que a industrialização

não é necessariamente o motor do progresso nem a parteira do desenvolvimento. Por um lado, ela assenta numa concepção retrógrada da natureza, incapaz de ver a relação entre a degradação desta e a degradação da sociedade que ela sustenta. (...) A falência da miragem do

desenvolvimento é cada vez mais evidente e, em vez de buscarmos novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento (SANTOS, 2000, p. 27-28).

A procura de alternativas ao desenvolvimento certamente encontrará respaldo na ação de grupos mobilizados, como as ONGs que compõem a Rede Cerrado, citada neste capítulo. A diversidade cultural pode indicar anseios de menor impacto ambiental, concepções mais simples de vida e até uma negação à mentalidade hegemônica de produção industrial e consumo ilimitado, que informa a gestão pública nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Segundo Gervásio Paulus

os avanços técnicos ocorridos nas últimas décadas permitiram conquistas importantes, mas, muitas vezes, tomaram um rumo que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade. Como consequência, o ar está ficando mais poluído, as águas mais contaminadas, o solo mais degradado e o alimento que consumimos, muitas vezes, chega às nossas mesas envenenado. Alguns dizem que esse é o preço do progresso, que o importante é o crescimento econômico, o aumento do consumo, etc. Mas todos sabemos que crescimento nem sempre se traduz em desenvolvimento em muitos casos, os benefícios gerados não são para todos e se persistir o atual ritmo de degradação dos recursos naturais, o futuro das próximas gerações estará cada vez mais comprometido (PAULUS, 2006, p. 2).

Questionar o desenvolvimento, entretanto, não é atividade recente dos intelectuais. Em 1974 Celso Furtado publicou *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. O autor expõe alguns mecanismos de exclusão inerentes ao sistema capitalista. Furtado previa a impossibilidade de se generalizar, em escala mundial, os padrões de consumo dos ricos, exatamente porque o desenvolvimento incorpora, de forma natural, a exclusão de setores (ou até de países), em função da larga expansão demográfica dos excluídos e em detrimento da solução de seus problemas crônicos (FURTADO, 1974). Criam-se relações diretamente proporcionais: um fosso crescente entre os grupos de renda progressiva e grupos cuja pobreza, longe de ser reduzida, é incrementada. Impossível, nessa linha, generalizar o desenvolvimento econômico.

A generalização de um desenvolvimento que alcance todos os países em termos igualitários é posta por Celso Furtado como uma distorção do capitalismo. Entretanto, se fizermos uma análise em escala menor, no contexto brasileiro das relações campo-cidade, teremos uma realidade de profundas e arraigadas diferenças que necessitam de relativização.

Em análise sobre a economia rural, Nicolao Dino C. Costa Neto (2005) afirma a necessidade de se proporcionar meios de regular desenvolvimento econômico em áreas rurais,

“como importante mecanismo de geração e distribuição de riqueza no país”.³² Aponta a importância do agronegócio no Brasil, por ser o setor econômico que ocupa mais mão-de-obra e gera importante parcela do PIB nacional. Pondera, entretanto, que

a proteção do meio ambiente condiciona e delimita a atividade econômica, como decorrência de um valor universal que pode ser traduzido no multicitado conceito de *desenvolvimento sustentável*. Não pode haver crescimento econômico desconectado da conservação ambiental. São conceitos que se interpenetram, na perspectiva de assegurar o interesse comum de toda a Humanidade.³³

Insistimos por isso na assertiva de que a vocação agrícola dos Cerrados, reconhecida neste texto, pode conviver com formas diversificadas de expressão socioambiental. Essa a proposta do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais – PPP-ECOS, financiado pelo GEF – *Global Environment Facility*. Em recente publicação, o PPP-ECOS apresenta os resultados de 11 anos de atividades, com o apoio a 200 projetos ecosociais, nos quais se combina conservação de ecossistemas e geração de renda para comunidades tradicionais. Uma das principais batalhas do programa tem sido viabilizar a comercialização da produção agroextrativista: fazer com que doces, artesanatos, alimentos naturais, essências, méis e óleos vegetais alcancem mercados mais amplos.³⁴

O professor Donald Sawyer (2006) nos lembra que o uso sustentável dos Cerrados pode ser uma fonte complementar de renda para os “geraizeiros”, ou habitantes dos “Gerais”, denominações recorrentes na literatura sobre os Cerrados. A provocação do professor convida a reflexões: “a escolha é entre a fava d’anta e a favela”.³⁵ O professor Sawyer reconhece que, da forma como se organiza a comercialização desses produtos, é ainda inviável ao geraizeiro sobreviver somente dos lucros auferidos, mas um caminho começa a ser traçado, com o sucesso da Cooperativa “Grande Sertão”, sediada em Montes Claros MG e da Associação Fruta Sã, com sede em Carolina MA.

Ainda na esfera civil, a matéria analisada no capítulo anterior sobre desmatamento no Mato Grosso e a nota oficial do Governo Maggi não representam o único discurso da sociedade urbana sobre os Cerrados, embora seja predominante. Notícias publicadas

³² Palestra Proferida durante as I Jornadas Luso-Brasileiras de Direito do Ambiente. Porto, Portugal. 23.11.2001. Publicado em: *Desafios do Direito Ambiental no Século XXI*. Estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Malheiros, 2005, 831 p.

³³ *Ibid.*, p. 696.

³⁴ SAWYER et al. PPP-ECOS. *Long Live the Cerrado!*. Sustainable Products and Livelihoods supported by the GEF Small Grants Programme in Brazil. Brasília, 2005.

³⁵ SAWYER. D. Aula Ministrada no CDS – Unb, em 9.5.2006, disciplina: Desenvolvimento Regional e Desenvolvimento Sustentável - Optativa de Mestrado/Doutorado.

recentemente indicam caminhos à superação do preconceito e desentendimento em relação ao bioma. Refletem também uma preocupação de determinados atores com a incessante degradação da região. Enumeramos algumas manchetes, por sua importância:

- “pesquisa científica – Sementes de *Astronium fraxinifolium*, espécie conhecida como Gonçalo Alves, estão na última etapa de seleção para participar da viagem que a nave russa Soyuz fará, mês que vem, a uma estação espacial”³⁶
- “nobreza Brejeira – típico de terra irrigada por nascentes, buriti é preservado e multiplicado no DF. Viveiro da NOVACAP cultiva e planta mudas da espécie na paisagem verde da capital”;³⁷
- “tráfico de animais – quadrilhas de pequeno porte capturam espécies nativas em cidades goianas para vender no DF. Macaco-prego e pássaros de pequeno porte como canários e sabiás são facilmente encontrados em feiras”;³⁸
- “caminhos naturais – trilhas fáceis, difíceis, caras, de graça. No Distrito Federal, o que não falta são locais para andar. Confira as mais legais”;³⁹
- “cerrado Brasileiro. A agonia de um ecossistema. Devastação da maior savana do mundo ameaça o equilíbrio e a sobrevivência de mais de 6.500 espécies de plantas e 1.200 de animais. Cientistas apontam riscos e tentam decifrar riquezas”;⁴⁰
- “tem perfume no quintal. Pesquisa científica indica que erva-cidreira encontrada na Estrutural contém o maior teor da substância utilizada para fabricar fragrâncias de luxo, como o famoso Chanel n° 5”;⁴¹
- “minas d’água, os tesouros. Moradores do Distrito Federal descobrem o risco de viver na seca e já adotam 120 nascentes”;⁴²
- “raras riquezas. Do camarão a miniorquídeas, o cerrado esconde preciosidades. E especialista diz que ainda há muito a descobrir”.⁴³

Na esfera pública, sobressai o fato de o Governo Federal instigar os records na produção de grãos, muitos deles advindos da produção insustentável nos Cerrados, mas também fomentar políticas locais de base sustentável, como é o caso da agroecologia, objeto de programa federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário⁴⁴.

A agroecologia não é somente uma forma particular de agricultura, mas sim um conjunto de princípios e métodos que, se aplicados, podem permitir a transição local ou mesmo regional para modelos de agricultura com base ecológica. Várias dimensões são envolvidas: social, econômica, cultural, política e ética (PAULUS, 2006).

³⁶ CORREIO BRASILIENSE, Brasília, 5 de Fevereiro de 2006.

³⁷ Ibid., terça-feira, 21 de março de 2006.

³⁸ Ibid., 11 de abril de 2003.

³⁹ Ibid., 8 de julho de 2001.

⁴⁰ Ibid., 7 de abril de 2003.

⁴¹ Ibid., 4 de dezembro de 2005.

⁴² Ibid., 31 de maio de 2005.

⁴³ Ibid., 3 de junho de 2005.

⁴⁴ MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fonte: <http://www.mda.gov.br/index.php?sccid=134>

No CDS, algumas atividades de extensão foram desenvolvidas como alternativa ao modelo hegemônico de uso dos Cerrados. Citamos o trabalho de Suzi Theodoro, Othon Leonardos e Laura Duarte (2002). Foi realizado um sistema alternativo de fertilização de solos de Cerrado, a partir de tufos vulcânicos (rochas resultantes da consolidação de detritos expelidos por vulcões). A técnica é denominada “rochagem” e foi aplicada no assentamento Fruta D’anta, implantado pelo Incra no município de João Pinheiro MG. Os autores destacam o valor deste fertilizante (petrofertilizante), por ser natural, acessível (provém de Patos de Minas MG) de custo reduzido e ecologicamente viável. Os resultados em campo foram animadores, não só pelo crescimento diferenciado das culturas, mas também pela motivação dos 18 assentados envolvidos, que aderiram à novidade e se empenharam no projeto. Dentre as conclusões dos autores, destacamos:

Longe de ter a pretensão de se apresentar como a solução mais acertada, o método de fertilização a partir da rochagem pode, certamente, contribuir como uma das soluções possíveis frente à crise do modelo de produção agrícola vigente.

É fundamental mencionar que, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o resultado mais importante que se alcançou foi a possibilidade de vislumbrar mudanças concretas na forma com que os pequenos produtores do Assentamento Fruta D’Anta passaram a ter em relação ao solo, o seu recurso maior” (THEODORO; DUARTE; LEONARDOS, 2002, p. 83).

Vale lembrar que a EMBRAPA Cerrados, na busca de alternativas ao paradigma atual de produção, tem estimulado o plantio e comercialização de produtos nativos. No seu II Plano Diretor (referente ao período 2000-2003), vê-se a defesa dos sistemas agroflorestais, como forma de ampliar a renda auferida por pequenos produtores, melhorar a conservação dos solos e recuperar áreas degradadas.

Ressaltamos o trabalho de Semíramis Pedrosa de Almeida, que publicou por aquela empresa um estudo sobre o aproveitamento alimentar de espécies do Cerrado.⁴⁵ A autora destaca a importância social de uma melhor utilização da parcela excedente de frutos nativos do bioma, bem como a viabilidade de se implementar extensas produções de determinados produtos, como o Baru (fruto e castanha), o Jatobá, a Mangaba (muito apreciada no Brasil e no exterior), o Pequi, a Guariroba e muitos outros.

⁴⁵ ALMEIDA, S. P. *Cerrado. Aproveitamento Alimentar*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998, 188 p.

CONCLUSÕES

As reflexões desenvolvidas neste trabalho ensejam as seguintes conclusões:

1. nos Cerrados concentra-se o maior e mais desordenado processo civilizatório do Brasil moderno. A destruição ambiental encontra-se ofuscada por um discurso dominante de inferiorização, que preteriu o Bioma e impôs sua desqualificação como Patrimônio Nacional (art. 225, § 4º, da Constituição Federal de 1988);
2. estipulou-se uma hierarquia entre os biomas brasileiros ainda não devidamente combatida e cotejada com outros discursos que dignificam a imensa savana nacional;
3. a grande diversidade biológica, os saberes tradicionais ameadados e as culturas envolvidas devem atrair a aplicação, ao menos, dos princípios da precaução e da prevenção, no uso agroindustrial do Bioma;
4. o *status* de “patrimônio nacional” ensejará melhor visibilidade aos Cerrados. Será também importante vetor de políticas públicas, necessárias à contenção dos processos de devastação ambiental e exclusão social nessa imensa região;
5. várias instituições adiantam-se à inatividade política e apresentam alternativas. Menção especial à Rede Cerrado, importante elemento aglutinador de diversas ONGs, associações e cooperativas que atuam nos Cerrados; à EMBRAPA CERRADOS e seus pesquisadores, que destacam a importância socioambiental do uso sustentável do Bioma e às instituições não-governamentais que financiam programas nesse sentido;
6. alguns projetos em andamento devem ser destacados, como o da Cooperativa “Grande Sertão”, sediada em Montes Claros - MG e da Associação Fruta Sã, com sede em Carolina - MA. Ambas promovem, com sucesso econômico, a utilização de parcela excedente dos frutos nativos do Bioma, colhidos em estações próprias. Ressaltamos ainda a viabilidade de se diversificar o artesanato local e o implemento de grandes produções de mel, castanha de Baru, polpa de Mangaba, Pequi, palmito de Guariroba etc.
7. as políticas públicas voltadas ao agronegócio devem conviver com esse quadro de descobertas e novos valores econômicos e sociais dos Cerrados, sob pena de perpetuarem a injustiça social e ambiental inerentes ao processo histórico de ampliação das fronteiras agrícolas do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo, 1994.
- BOLSON, A. **Eldorado Insustentável: a soja e a conquista do oeste brasileiro**. 2004. 120 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. CDS-UNB, Brasília.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- COUTO, José Vieira. 1848 [1799]. **Memória sobre a Capitania de Minas Gerais**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 11.
- CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2002.
- DERANI, C. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 2001, 302 p.
- DOOLEY, R. A., LEVINSOHN, S. H. **Análise do Discurso – Conceitos básicos em lingüística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- DUARTE, L. M. G. & WEHRMANN, M. E. S. de F. **Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o Século XXI**. Salvador: Revista CAR, 2002.
- DUARTE, L.M. G. e BRAGA, M. L. S. (orgs) et ali. **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2003, 651 p.
- FERREIRA, I. M. **Bioma Cerrado – Impactos e Perspectivas Ambientais**. Anais do Simpósio de Geografia – VII Eregeo. Quirinópolis – GO, 2001.
- FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005, 488 p.
- FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. 126 p.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2004, 67 p.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GABEIRA, F. **JB Ecológico**. São Paulo: Jornal do Brasil, ano 4, novembro, 2005.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1998.
- MONTI, E. R. **Sertão-Brasília – História e Meio Ambiente: interações na criação de materiais educativos**. 2002. 198 p. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. CDS-UNB, Brasília.
- MORAES, A. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002. 836 p.

- MOREIRA, V. M. L. Utopia no Planalto. **IN: Nossa História**. São Paulo: Vera Cruz, setembro, 2005.
- NOVAES, Washington. **A década do impasse: da Rio 92 à Rio + 10**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.
- ORLANDI, E. P. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- RODRIGUES, A. M. A Utopia da Sociedade Sustentável. **IN: Ambiente e Sociedade**. Ano I – Nº 2 – 1º Semestre de 1998. NEPAM/UNICAMP, Campinas.
- PAULUS, G. **Agroecologia – base científica para uma agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- PEIXINHO, D. M. **A ocupação recente dos Cerrados**. Anais do Simpósio de Geografia – VII Erege. Quirinópolis – GO, 2001.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- RIBEIRO, R. F. **Florestas Anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 467 p.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1975c.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005, 303 p.
- SANTOS, B. de S. **A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SENA, Clovis. **Fronteira Centro-Oeste**. Goiânia: Kelps, 1999, 350 p.
- SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2004. 24ª ed., 924 p.
- _____. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004, 8ª ed, 349 p.
- SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2003, 431 p.
- TEIXEIRA COELHO, José João. **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais**. In: RIHGB, v. 15, 1994.
- THEODORO, S. H.; DUARTE, L. M. G. (Orgs). **Dilemas do Cerrado. Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 239 p.
- VASCONCELOS, J. Adirson de. **A epopéia da Construção de Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, 224 p.
- _____. **A mudança da Capital**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, 376 p.
- VILLAS-BOAS, Cláudio e Orlando. **A marcha para o Oeste. A epopéia da expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Globo, 1994, 615 p.

ANEXOS

Anexo 1

Plantas medicinais do Cerrado

Estudo da UnB pesquisa raizeiros e clientes da Feira Permanente do Núcleo Bandeirante. Metade das pessoas acredita nas ervas

“Quem consome, quem vende, quem coleta plantas medicinais? As pessoas acreditam na eficácia das ervas? Como as utilizam? Essas perguntas incentivaram a aluna do curso de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB) Livia Cristina Barros a fazer um levantamento da comunidade que usa essas ervas, resultando na monografia de final de curso Etnobotânica da Comunidade do Núcleo Bandeirante-DF, sobre a feira Permanente do Núcleo Bandeirante, existente desde 1976. Das 89 barracas da feira, quatro são de plantas medicinais.

A pesquisa detalhada – defendida em 2003 sob orientação da professora Jeanine Felfili – levantou informações interessantes a respeito das pessoas que fazem uso dessas plantas, dos comerciantes e traçou um perfil da economia etnobotânica da região, ciência que estuda a interação do meio ambiente com a flora local. Para identificação dos nomes científicos das partes das plantas o estudo contou com o apoio dos especialistas Jean Kleber de Abreu Matos, Benedito Alísio da Silva Pereira, Renata Martins, Kenya Ramos e Newton Rodrigues.

Um dado curioso refere-se ao fato de 50% dos clientes utilizarem as plantas em forma de folha e cerca de 30% utilizarem a casca. “Esse aspecto é positivo, pois se as raízes fossem as mais utilizadas, a devastação do meio seria maior”, explica Livia. A forma de chá é a preferência de 60% dos clientes e o banho é feito por apenas 20%. O restante prepara xarope e bochecho. Quanto à origem das plantas comercializadas, Livia verificou que 53% eram do cerrado e o principal local de coleta é o Entorno Brasília. Apenas 27% são provenientes de outros biomas.

Chama também a atenção o fato de metade dos clientes (51%) recorrer às plantas com frequência e metade usá-las pela eficácia do resultado (49%) e por ser um produto natural (49%)”⁴⁶.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.unb.br/>

Anexo 2

Salvar a 'floresta de cabeça para baixo'

Washington Novaes E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

“Que terá levado deputados e senadores constituintes, em 1988, a inscreverem na Constituição, como "patrimônios nacionais", os biomas da Amazônia, da mata atlântica, da zona costeira e do Pantanal - deixando de lado o cerrado, a caatinga e os campos do Sul? Talvez se diga que estes últimos já estavam próximos da extinção. E que nem o preceito constitucional impediu o avanço da devastação nos que foram considerados patrimônios. Mas o fato é que à caatinga e ao cerrado foi atribuído um status inferior - e isso contribuiu para justificar o desprezo à primeira (em boa parte em processo ou ameaçada de desertificação) e o avanço da devastação no segundo. A ocupação sem critérios do cerrado teve o apoio de bancos e instituições internacionais; o beneplácito de políticas públicas, como o Polocentro, o Polonoroeste, que desmataram o Centro-Oeste e o Noroeste; além de programas de cooperação binacional como o Prodecer, que, com o apoio da Jica (instituição japonesa), dizimou boa parte do cerrado em regiões tributárias do São Francisco, secou afluentes, para implantar monoculturas de soja. De qualquer forma, as perdas no cerrado tiveram, no mínimo, a conivência da sociedade, convencida de que esse era o caminho para impedir um mal maior, o desmatamento na Amazônia. Uma pesquisa feita em Brasília em 1990, sobre a visão da sociedade a respeito do cerrado (que a rodeia), já deixava isso claro. Mais de 90% dos brasileiros pesquisados diziam tratar-se de uma "paisagem feia, triste e inútil". Dois anos depois, quando se discutia numa teleconferência o relatório brasileiro para a conferência do Rio de Janeiro, a representante da Secretaria Nacional do Meio Ambiente que a presidia, respondendo a uma pergunta sobre queimadas no Centro-Oeste, não hesitou em dizer: "Ainda bem que é no cerrado, e não na Amazônia." Quase 20 anos depois da Constituição, foi criada há poucas semanas, por decreto presidencial, a Comissão Nacional do Cerrado Sustentável (Conacer), com 27 membros de sete ministérios e da sociedade. Ela terá como tarefa central a ampliação das áreas de proteção legal no cerrado e a concepção e execução de projetos de uso sustentável. Já não é sem tempo. Hoje, o cerrado, embora teoricamente disponha de um terço da biodiversidade brasileira, tem menos de 2% de seu território sob proteção integral (a meta mundial é de 10% de cada bioma, pelo menos). A Conacer disporá este ano de US\$ 81 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente. Talvez sua criação consiga também fazer tramitar no Congresso Nacional o projeto de emenda

constitucional (PEC 155/95) que ali se arrasta há 11 anos e transforma o cerrado e a caatinga em patrimônios nacionais. É possível que os dois caminhos possam ajudar a salvar o muito pouco que resta do cerrado, essa "floresta de cabeça para baixo" a que se referia o escritor goiano Carmo Bernardes (porque a maior parte da biomassa do cerrado está debaixo do chão, nas raízes que mergulham fundo em busca de água - ao contrário da biomassa amazônica, quase toda acima da superfície, porque a camada fértil de solo é pouco espessa). Já se mencionou neste espaço a avaliação da Embrapa Monitoramento por Satélite segundo a qual, embora exista vegetação em pouco mais de 20% do território originário do bioma (mais de 1 milhão de quilômetros quadrados), só restam de fragmentos do cerrado com possibilidade de sobrevivência (mais de 2 mil hectares contínuos) menos de 5% da área originária. Os preços que o País já está pagando pelo avanço desordenado e muito rápido no bioma não são poucos. A remoção da vegetação responde por aumentos localizados da temperatura e redução da produtividade em várias culturas, como atestaram técnicos da Embrapa em recente debate sobre o bioma durante a reunião da Convenção da Biodiversidade, em Curitiba . Mudanças climáticas já impuseram pesadas perdas à agricultura na seca extemporânea de 2005 e agora, em 2006, com chuvas pesadas, de novo fora do tempo, nesta época da colheita (em certas áreas de Goiás choveu nos dez primeiros dias de abril o triplo da média histórica de todo o mês). A remoção da vegetação também dificulta a polinização e prejudica várias culturas. Monoculturas eliminam grande parte dos nutrientes do subsolo, reduzem a fertilidade, até em áreas de pastagem (numa das últimas negociações com o Fundo do Centro-Oeste se mostrou que 70% das pastagens goianas se encontram em algum estágio de degradação). Não é tudo. São visíveis a olho nu as conseqüências do desmatamento no regime hidrológico do cerrado, onde estão 14% das águas que formam as três maiores bacias brasileiras (São Francisco, Paraná-Paraguai e Amazonas). Segundo o próprio Ministério do Meio Ambiente, o cerrado só tem estocada água equivalente a três anos dos seus fluxos - e uma estiagem prolongada pode ter conseqüências graves. A "mãe da água" a que se refere a linguagem popular parece sitiada, assoreada, poluída. Talvez mais grave que tudo seja o desaparecimento de grande parte da rica biodiversidade do cerrado. E isso exige ação urgente, para transformar em áreas de proteção integral os fragmentos com possibilidade de sobrevivência, e para que neles se invista maciçamente em ciência, conhecimento, projetos de uso sustentável. O País já sabe agora sobre o cerrado muito mais do que conhecia há 40 anos, quando se intensificou a blitz devastadora (que ainda prossegue em Mato Grosso, no oeste da Bahia, em Tocantins, no Maranhão e no Piauí). Não pode continuar conivente com a perda. Até mesmo porque é um tiro no pé”.

Anexo 3

Governo mato-grossense responde críticas sobre desmatamento

Jornal do Brasil

RIO - Sobre a manchete do jornal inglês "Independent", o governo de Mato Grosso disse que a culpa pelo desmatamento não é do estado - e sim do governo federal. Segundo José Carlos Dias, secretário de Comunicação do governador Blairo Maggi, é o Ibama que não consegue fiscalizar as áreas com menos de 300 hectares, onde a floresta estaria sendo derrubada. Maggi é o maior plantador de soja do Brasil, mas a assessoria informou que o cultivo dele é no Cerrado, e não nas áreas de mata.

Na véspera, a bancada de sete deputados do PV decidiu deixar a base do governo e tornar-se independente. A gota d'água para o desligamento da base de sustentação do governo foi o índice de desmatamento na Amazônia anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente, o segundo maior da História.

Segundo o governo federal, de agosto de 2003 a agosto de 2004, foram desmatados 26.140 quilômetros quadrados da Amazônia, o que representa um aumento de 6% em relação ao verificado entre os anos de 2002 e 2003. Nos sete estados onde foi feito o levantamento, cinco reduziram a taxa de desmatamento, mas Mato Grosso e Rondônia registraram alta de 20% e 23%, respectivamente.

Segundo o Greenpeace, quase a metade do total desmatado na Amazônia Legal ocorreu no Mato Grosso. O grupo ambientalista afirma ainda que, "enquanto as árvores caíam na floresta, o grupo do agronegócio de Maggi comemorava aumentos de 28% no faturamento (US\$ 532 milhões em 2003, contra US\$ 415 milhões em 2002) e de 21% na área plantada (170 mil hectares em 2003 contra 140 mil em 2002)"⁴⁷.

⁴⁷ Disponível em: <http://www.correaneto.com.br/meio%20ambiente/desmatamento.htm>

Anexo 4

Cerrado: a dor fantasma

Altair Sales Barbosa⁴⁸

Para efetuar uma avaliação correta do nível de degradação em que se encontra o Sistema Biogeográfico do Cerrado é necessário que se tenha em mente um conceito correto do que é cerrado, da sua história evolutiva e de todos os seus componentes básicos.

Se tomarmos, como exemplo, somente a cobertura vegetal como parâmetro, para medir a degradação, incorre-se em dois erros básicos: o primeiro é eleger uma determinada fisionomia vegetal como guia e não considerar a diversidade de paisagens que compõe o cerrado em sua plenitude. O segundo é utilizar, sem os devidos cuidados, o sensoriamento remoto, pois não se trata de um método seguro para medir a degradação vegetal, porque é incapaz de diferenciar espécies nativas de vários tipos vegetacionais exóticos.

Isto ocorre com frequência quando em grandes áreas, onde outrora existiam monoculturas, que foram abandonadas e agora surge uma vegetação sub-arbórea homogênea, estranha e que não tem nenhuma relação com a vegetação de cerrado. Nas imagens de satélite, entretanto, os menos avisados interpretam como áreas com vegetação intacta, quando na realidade são invasoras exóticas. A análise global deve abranger os componentes da fauna, os aquíferos e as populações humanas, dentre outros elementos.

O Cerrado é um Sistema Biogeográfico, composto por diversos subsistemas intimamente inter-atuantes e inter-dependentes. Cada sub-sistema tem uma história ocupacional que consequentemente reflete seu nível de degradação. Estes subsistemas flutuam de um gradiente aberto com clareza para gradientes sombreados.

As matas

O subsistema coberto pelas matas é uma área florestada que não pode ser confundida nem com a Floresta Amazônica, nem com a Mata Atlântica, porque se trata de florestas subúmidas, com uma história evolutiva totalmente diferenciada dessas florestas. Estas matas ocorrem no Sistema do Cerrado em função de manchas de solo de alta fertilidade natural - são as chamadas terras de cultura e justamente por esta razão foram as mais cobiçadas desde o início da ocupação humana.

As primeiras grandes fazendas, as primeiras grandes lavouras, foram implantadas nestas áreas, que hoje abrigam também as maiores cidades do cerrado. O nível de degradação dessas áreas é tão grande que o que resta não chega a 2% de sua área original, levando-se em consideração não as plantas isoladas, mas as comunidades e populações de vegetais.

Os campos

Na outra extremidade do gradiente estão os campos, que ocupam os chapadões. Estes foram intensamente ocupados para produção de grãos, a partir da década de 70, de forma tão intensa que praticamente criou-se uma situação que hoje nos permite afirmar que esta paisagem, em termos de população vegetal, não mais existe.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html>

Considerando neste contexto as Unidades de Conservação, situadas em áreas onde originariamente eram campos, estas estão altamente descaracterizadas por manejos inadequados.

O cerradão

Outro subsistema integrante do Sistema do Cerrado é o Cerradão, formação vegetacional associada a solos bem especiais, como é o caso do sudoeste goiano, em que esta associação se dá com solos do arenito Bauru.

Desafiamos a qualquer pesquisador, conhecedor do cerrado, a nos mostrar hoje em dia uma população intacta de cerradão. Isto significa afirmar que seu nível de preservação beira a casa do 0%.

O Cerrado propriamente dito

Por ocupar solos oligotróficos, cuja correção é muito dispendiosa, este subsistema, de árvores pequenas e tortuosas, paisagem dominante que deu nome ao Sistema como um todo, foi até bem pouco tempo desprezado pela agricultura e pecuária.

No entanto, seu carvão, de alta qualidade, despertou a gula dos gananciosos, que usaram e usam correntões para seu desmatamento, em pseudos projetos aprovados pelo IBAMA, como Projetos de Manejo Florestal.

O carvão é utilizado cada vez mais intensamente na siderurgia. Em função disto, as populações de cerrado stricto sensu, como este subsistema é também conhecido, não ultrapassa a casa dos 5% de preservação, em relação às formações originais.

Veredas, ambientes ciliares, várzeas

Estes outros sub-sistemas, com diversos tipos de fácies, não fogem à regra comum da degradação. São ambientes importantíssimos para a ecologia do cerrado como um todo, pois constituem a maternidade da fauna do cerrado, incluindo não só os peixes, mas também mamíferos, répteis e aves.

Os ambientes ciliares há muito vem sofrendo um grande processo de erosão provocado pelas ocupações desordenadas e grandes projetos agrícolas, tipo Pró-Várzea, Projeto Rio Formoso e outros similares.

As veredas, ambientes importantíssimos para a manutenção das águas superficiais, vêm paulatinamente sofrendo grande processo de morte lenta, em função da diminuição do nível das águas dos mananciais. Apesar de tudo, ainda é sste o ambiente mais preservado em todo sistema, atingindo o nível de 16% em relação às áreas originais.

Fauna

O entendimento sobre os aspectos ambientais do Cerrado exige uma análise integrada entre os elementos da fauna, da flora, do espaço geográfico e como eles se relacionam com os demais componentes. Acredita-se que a grande biodiversidade de fauna do Cerrado está vinculada à diversidade de ambientes. Esta correlação permite vislumbrar o ambiente na sua totalidade, o que facilita o estabelecimento adequado de políticas ambientais para a região.

Geograficamente, a região dos cerrados situa-se em um local estratégico entre os domínios

brasileiros, o que facilita o intercâmbio florístico e faunístico. Representado no centro do País, a sua área estende-se de um extremo ao outro, do Mato Grosso do Sul ao Piauí, em seu eixo maior, e limita-se, para oeste, com a Floresta Amazônica, para o leste e nordeste, com a vegetação da Caatinga, sendo acompanhada ao sul e sudeste pela Floresta Atlântica. Essas ligações favoreceram o delineamento de corredores de migração importantes, tanto por via terrestre quanto aquática.

Algumas espécies animais do Cerrado são limitadas a determinados tipos de habitat. Os espaços são bem definidos de acordo com a necessidade biológica de cada espécie. Esse condicionamento ao ambiente pode ser explicado pelo determinismo ambiental, imposto pela natureza através de recursos alimentícios, que condicionaram os animais especialistas a viverem em determinadas áreas em função do hábito alimentar. Um exemplo conhecido é o da espécie *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), que se alimenta basicamente de cupins terrestres e formigas, abundantes em campos abertos.

Para a região do cerrado são apontados para a avifauna 935 espécies que ocorrem em todo o sistema, distribuídas em diferentes habitat por todo o cerrado. Quanto aos mamíferos, foram listadas 298 espécies para os cerrados e 268 espécies de répteis.

A maturação dos frutos e a rebrota das gramíneas, fonte principal de alimento de um grande contingente de fauna, não ocorrem de forma homogênea em todas as áreas de cerrado. A grande frutificação acontece durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, época que coincide com o auge da estação chuvosa.

A concentração desses recursos diminui, acompanhando o fim do período chuvoso. Entretanto, com exceção dos meses de maio e junho, considerados críticos no que se refere à oferta de alimentos, os demais meses, que correspondem à época seca, mesmo em menor quantidade, apresentam alguns recursos, entre eles flores, raízes, resinas e alguns frutos.

Os mamíferos dos cerrados podem ser observados durante todo o ano, principalmente os que vivem em áreas abertas. Todavia, a maior concentração dessas espécies em seus nichos alimentares se dá nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Esta época coincide com a rebrota das gramíneas que, geralmente durante a estação, secam por ação natural ou antrópica, sofrem a ação do fogo e coincide também com a maturação dos frutos. Neste mesmo período acontece a revoada de insetos (mariposas e tanajuras), o que torna fartos os recursos para os mamíferos insetívoros.

Grande parte desses animais estão se acasalando durante os meses correspondentes à estação seca. Isso significa que no período chuvoso vão estar com filhotes. Essa dinâmica da natureza revela a estreita relação entre a flora e a fauna dos cerrados.

Infelizmente, a cada ano que passa, aumenta a lista dos animais ameaçados de extinção total. A natureza dotou esta região de certos mecanismos naturais que garantem a multiplicação e a propagação das espécies. Existe uma estreita interdependência entre a fauna e a flora. O fator biodiversidade animal está diretamente relacionado à diversidade de ambientes. Estes, por sua vez, relacionam-se à variedade de espécies vegetais que se multiplicam sob a influência de fatores litológicos, edáficos e climáticos, de ordem regional e local.

Infelizmente, a falta de uma política séria para o meio ambiente tem colocado em risco todo o patrimônio natural dessa região, marcada por processos intensos de ocupação desordenada

dos espaços. A política desenvolvimentista aplicada no Brasil, principalmente no cerrado, que é considerado a última grande fronteira para a produção de grãos, tem levado muitas espécies da fauna à extinção e conseqüentemente alguns exemplares da flora, em função da sua interdependência.

Muitos animais da Megafauna (fauna gigante) já foram extintos dentro de um processo lento e natural, imposto pela evolução da natureza. Os animais modernos estão se extinguindo ou em vias de extinção, dentro de uma dinâmica proporcionada pela ação humana, muitas dessas espécies não alcançaram nem alcançarão o seu clímax evolutivo, pois a velocidade dos processos de degradação, supera em milhares de anos os fenômenos naturais.

Ocupação humana

A diversidade de ambiente empresta à biodiversidade do cerrado um caráter peculiar e seus aspectos evolutivos fizeram com que processos culturais diferenciados também ocorram de forma "sui generis", transformando a região do cerrado numa espécie de fronteira cultural.

Na realidade alguns dos mais importantes processos culturais americanos nasceram no cerrado, como a formação do tronco lingüístico Macro-Jê, a domesticação e disseminação de certos tubérculos e outros vegetais e o desenvolvimento de tecnologia de caça, pesca e processamento de recursos vegetais nativos e cultígenos.

O estudo detalhado de diversas comunidades indígenas habitantes do cerrado demonstra que essas populações aprenderam sabiamente a desenvolver mecanismos adaptativos e planejamento ambiental e social que fossem capaz de lhe permitir uma vida em abundância. Assim são os Kayapó, que habitam as áreas mais elevadas, os Karajá, específicos da calha do Araguaia, os Xavante etc.

Todos estes fatores reunidos fazem com que o cerrado seja um laboratório antropológico único, no qual se deve olhar e aprender para, com sabedoria, saber planejar o futuro.

A população indígena que povoou o cerrado não produziu qualquer modificação brusca no equilíbrio do ecossistema, porque inicialmente os homens eram poucos e o nicho adaptativo era amplo.

Até que a população humana crescesse a ponto do seu tamanho ser prejudicial, coube à seleção natural levar a termo uma adaptação primorosamente equilibrada aos recursos ambientais.

A chegada dos exploradores de origem européia, trouxe conseqüências bem diversas, por duas razões:

-1a A principal finalidade não era o povoamento e sim a exploração comercial.

-2a Mantiveram um contato íntimo, ou com a mãe pátria ou com um poder central deslocado, a quem competia ditar as mercadorias a serem fornecidas e o seu preço.

Portanto, pela primeira vez em sua longa história a região do Cerrado ficou sob a influência contínua de um agente que era alienígena ou exótico, às vezes, como no princípio até extracontinental e conseqüentemente imune às forças modeladoras da seleção natural local.

No início a devastação foi mínima, mas com o passar dos tempos os sinais destas já eram bastante visíveis. O aumento da imigração acelerou cada vez mais o processo de degradação. Surgiram epidemias novas, que contribuíram para dizimar populações indígenas, como a gripe, o sarampo, a varíola e tal qual como aconteceu em outras áreas do País a entrada de escravos africanos introduziu a malária e a febre amarela.

O crescimento demográfico também é algo surpreendente, principalmente de 1950 para cá, e é bem provável que, no ano 2010, a região do cerrado tenha uma população tão grande que escape às políticas de planejamento. Esta perspectiva é aterradora, tendo em vista a magnitude da degradação que já ocorreu com uma densidade demográfica bem menor.

A partir da década de 50, implanta-se no Brasil um modelo econômico chamado desenvolvimentalista, onde a meta é atingir o desenvolvimento a todo custo.

Essa política que, no início, é executada de forma até ingênua, com os governos militares de 1964 em diante adquire um caráter ideológico e a partir desse momento o hemisfério começa a presenciar uma grande revolução, não uma revolução do homem e para o homem, mas uma revolução de desrespeito à vida humana e à vida do ambiente.

Dentro dessa perspectiva o cerrado é recortado por inúmeras estradas, rios são represados, montanhas aplainadas, vegetação derrubada, animais são ameaçados de extinção, pequenas comunidades são desestruturadas num ritmo nunca visto na história da civilização.

Ambiciosos projetos de colonização, sem o mínimo de planejamento e conhecimento, com objetivos puramente políticos, são postos em execução.

Fatos recentes, ainda vivos na nossa memória, atestam a pujança que este modelo desenvolvimentista tem, como a ocupação dos chamados Chapadões por capital alienígena para projetos de reflorestamento com espécies estranhas ao meio ambiente do cerrado, para produção maciça e efêmera de grãos para exportação. A criação do Estado do Tocantins pode ser citada como outro exemplo, as especulações para a implantação da Hidrovia do Araguaia e tantos outros exemplos, que podem ser listados, demonstram a força dessa ideologia.

Assim é que, ao se entrar no início do século XXI, encontra-se em suspenso o destino do cerrado. Se as próximas décadas trarão sua ruína ou salvação ainda não se pode dizer.

Os aquíferos

Outro elemento importante que deve ser considerado como consequência da degradação do cerrado se refere aos aquíferos.

O cerrado é a cumeeira da América do Sul, distribuindo águas para as grandes bacias hidrográficas do continente. Isto ocorre porque na área de abrangência do Cerrado se situam três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios do continente: o aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas, mais antigas, responsáveis pelas águas que alimentam a bacia do Paraná. Os aquíferos Bambuí e Urucuia.

O primeiro associado às formações geológicas do Grupo Bambuí e o segundo associado à Formação arenítica Urucuia, que em muitos locais está sobreposto ao Bambuí e em certos locais há até o encontro dos dois aquíferos, apesar de existir entre os dois uma grande

diferença de idade. Os aquíferos Bambuí e Urucuaia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram as bacias do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras, situadas na abrangência do Cerrado.

Estes aquíferos, que se vem formando durante milhões de anos, de pouco tempo para cá não estão sendo recarregados como deveriam, para sustentar os mananciais. Isto ocorre porque a recarga dos aquíferos se dá pelas suas bordas nas áreas planas, onde a água pluvial infiltra e é absorvida cerca de 60% pelo sistema radicular da vegetação nativa, alimentando num primeiro momento o lençol freático e lentamente vai abastecendo e se armazenando nos lençóis mais subterrâneos.

Com a ocupação dos chapadões de forma intensa, que trouxe como consequência a retirada da cobertura vegetal, sua substituição por vegetações temporárias de raiz subsuperficial, a água da chuva precipita, porém não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Consequência, com o passar dos tempos, estes vão diminuindo de nível, provocando, num primeiro momento, a migração das nascentes, das partes mais altas, para as mais baixas e a diminuição do volume das águas, até chegar o ponto do desaparecimento total do curso d'água. Convém ressaltar que este é um processo irreversível.

A dor fantasma

Por estas razões, a situação do Cerrado hoje em dia se assemelha ao fenômeno conhecido em Neurologia como *dor fantasma*.

As pessoas que são vítimas deste mal sofrem um duplo infortúnio. Estas pessoas perderam uma extremidade ou parte dela. E sofrem dores às vezes muito intensas que sentem como provenientes do membro que já não tem mais. As discussões sobre o Cerrado se assemelham a esta situação, porque estamos sentindo as dores da perda de um ambiente, que não existe mais na plenitude de sua biodiversidade.

* **Altair Sales Barbosa** é diretor do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás